

ANO 56
224

AGOSTO/SETEMBRO 2008

FIEG
FIESP
FENABR
FEBRABR
FIBRA
FIBRA
FIBRA

Sistema
FIEG



ENTREVISTA

Reginaldo Arcuri, presidente da ABDI, mostra como o governo pretende tirar a Política de Desenvolvimento Produtivo do papel

GOIÁS INDUSTRIAL

Revista do Sistema Federação das
Indústrias do Estado de Goiás



A MAIS NOVA ONDA AMBIENTAL NA INDÚSTRIA

MINÉRIOS, ÁLCOOL, COUROS, ALIMENTOS. EM PRATICAMENTE TODAS AS ÁREAS, O INVESTIMENTO EM PRODUÇÃO AMBIENTALMENTE CORRETA GANHA STATUS ESTRATÉGICO

PRODUTO SESI É ASSIM:

**IDEAL PARA A INDÚSTRIA,
ESSENCIAL PARA O TRABALHADOR!**

Educação, Cultura, Esporte, Saúde e Lazer



Além de promover a Educação, a Cultura, o Esporte, a Saúde e o Lazer, o Sesi também incrementa a Responsabilidade Social, trazendo mais qualidade de vida para o trabalhador e seus dependentes, proporcionando assim, através do exercício da cidadania, mais poder de competitividade às empresas.

Contate os produtos que o Sesi coloca à sua disposição. São todos diferenciados, qualificados, que não fazem sua indústria se destacar.

Mais informações: (62) 3219-1300

SESI

www.sesigo.org.br

palavra do presidente



Paulo Afonso Ferreira
pauloafonso@sistemafieg.org.br

“Cada vez mais indústrias se conscientizam da necessidade de adoção de tecnologias limpas”

Meio ambiente levado a sério

Não é de hoje que meio ambiente é levado a sério e constitui preocupação constante no Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás. Não poderia ser diferente por se tratar de tema extremamente relevante por representar a própria sustentabilidade da vida no planeta. Em outubro de 1986, há, portanto, quase duas décadas, o Sesi inaugurava sua colônia de férias em Aruanã (Unidade Operacional de Lazer Olavo Costa Campos), dotada de particularidade até hoje única no Vale do Araguaia: uma estação de tratamento de esgoto sanitário. Graças a ela, o Sesi nunca poluiu as águas do grande rio.

Já em 1998, a Fieg criava uma Comissão do Meio Ambiente, logo transformada no seu primeiro Conselho Temático do Meio Ambiente, cuja atividade se intensifica sempre, ante os desafios que vão surgindo e o incentivo dos sucessos alcançados.

É o Conselho Temático do Meio Ambiente que discute as questões relacionadas à elaboração e execução de políticas ambientais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, propondo ações e desenvolvendo articulações em benefício da atividade industrial, quando necessário; define e orienta políticas e estratégias de trabalho das instituições do Sistema Fieg, em temas relacionados ao meio ambiente; colabora para a cultura



de desenvolvimento sustentável nas indústrias, e representa a Federação perante as instituições públicas e privadas em questões ambientais.

Integrantes do Sistema Fieg, como Sesi, Senai, IEL e ICQ Brasil, por sua vez, realizam atividades práticas e contínuas nesse setor.

O Sesi assessora empresas na educação ambiental de seus trabalhadores. As palestras que ministra se desdobram em comitês internos de meio ambiente, aos quais assiste permanentemente. Além de elaborar cartilhas e outros materiais de divulgação,

faz da educação ambiental matéria importante na sua rede de ensino.

O Senai dispõe de pós-graduação em gestão ambiental, para ampliar as competências nessa área, buscando instrumentalizar profissionais a alcançar força competitiva para os desafios que as questões ambientais impõem à empresa, evidenciando problemas e alternativas de solução.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara empresas para certificação em gestão ambiental, de acordo com a norma ISO 14.000, cabendo ao ICQ Brasil as auditar e certificar.

Assim, cada vez mais indústrias se conscientizam da necessidade de adoção de tecnologias limpas, conciliando interesses produtivos com as rígidas normas legais ambientais. Essa realidade inspira as negociações da Fieg com várias instituições para criação, entre nós, de um centro de tecnologias limpas.

Recentemente, depois de anos de negociação conduzida pela Fieg junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado e ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, chegou-se à extensão do prazo de validade das licenças ambientais, cuja duração mínima de dois anos foi ampliada para cinco anos.

Assim, avançamos, em Goiás, na busca do desenvolvimento sustentável, por meio do uso racional dos recursos naturais, sem comprometer sua disponibilidade para as gerações futuras.

A **Goiás Industrial**, nesta edição, mostra empresas industriais que se conscientizaram desse dever e, em termos de meio ambiente, até se adiantam às exigências das atuais leis ambientais. ■



CAPA

24 A indústria embarca na “terceira onda” dos investimentos ambientais também em Goiás, passando a adotar práticas que vão além das exigências da legislação pertinente. O setor, incluindo mineradoras, produtores de agregados para a construção civil e indústrias de couros, entre outras, investe em projetos sustentáveis, para consolidar sua presença no mercado e conquistar novos espaços.



RECURSOS HÍDRICOS

12 Segundo a consultora Patrícia Boson, mais de 60% dos recursos descontados das hidrelétricas para a compensação pelo uso de recursos hídricos não chegam à Agência Nacional das Águas (ANA), obrigando a redução de investimentos em bacias hidrográficas. O dinheiro tem sido desviado para o pagamento de juros da dívida pública.



ARRANJOS PRODUTIVOS

19 Depois de capacitar 276 pessoas em Planaltina e 261 em Santo Antônio do Descoberto, ao longo de 11 meses, por meio do Senai Goiás, o projeto de instalação do Arranjo Produtivo Local de Confeccões nas duas cidades foi encerrado com êxito em agosto. Santo Antônio do Descoberto recebeu uma cooperativa, já em plena produção, e Planaltina deverá abrir, em breve, uma associação de confeccionistas.

ZONA FRANCA

14 O governo de Goiás corre contra o relógio para tentar a aprovação final pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) do processo de instalação de um entreposto avançado da Zona Franca de Manaus em Anápolis. Segundo o secretário da Fazenda, Jorcelino Braga, todo o processo segue estritamente o cronograma estabelecido pelos governos de Goiás e do Amazonas.

ENTREVISTA

8 Reginaldo Braga Arcuri, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), considera que a economia brasileira atingiu avanços na consolidação de seu parque produtivo bem superiores aos de qualquer país da América Latina. Ele detalha o caminho já percorrido na implantação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

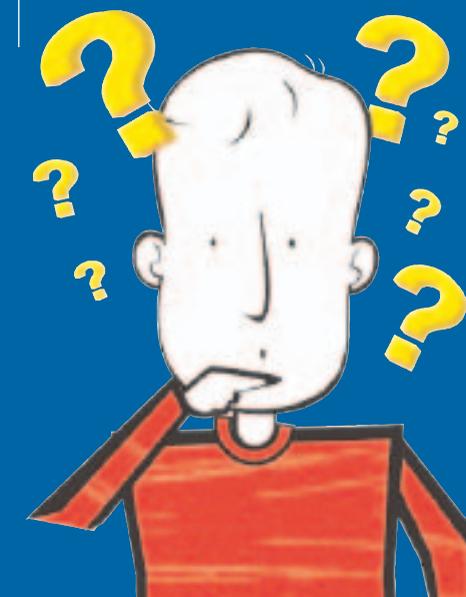


RUMO AO INTERIOR

16 e 18 Alto Horizonte, no Norte goiano, Barro Alto e Goianésia, no centro do Estado, Mineiros e Quirinópolis, no Sudoeste, e Senador Canedo, na região metropolitana de Goiânia, deverão abrigar unidades do Sesi e Senai em Goiás, como resultado de parcerias com o poder público ou com a iniciativa privada. No final de julho, o Sesi inaugurou sua mais nova unidade, agora em Barro Alto, numa parceria com a Anglo American.

CAMPANHA

41 O Ministério Público de Goiás intensifica sua ofensiva contra a “banalização” de desvios e fraudes e registra número crescente de adesões à campanha O que Você tem a ver com a Corrupção?



índice

GOIASINDUSTRIAL



Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo

Joelma Pinheiro

Edição

Lauro Veiga Filho

Subeditor

Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Pereira, Célia Oliveira,

Geraldo Neto, Débora Orsida,

Divina Rosa,

Jávier Godinho

Colaboração

Wellington da Silva Vieira

Fotografia:

Sílvio Simões

Projeto gráfico

Wesley Cesar

Diagramação e produção

Clarim Comunicação e Marketing

Rua S-6 nº 129, Sala 01,

Setor Bela Vista

(62) 3242-9095

contato@clarimcomunica.com.br

Publicidade

SBF Produções

Sebastião Batista Filho

(62) 3293-2159

(62) 3233-1352

Fotó e impressão

Gráfica Talento

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Sistema FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova CEP 74645-070 - Goiânia-GO Fone (62) 3219-1300 Fax (62) 3229-2975

Home page:

www.sistemafieg.org.br

E-mail

fieg@sistemafieg.org.br

NÚCLEO REGIONAL DA FIEG EM ANÁPOLIS

Presidente:

Waldyr O'Dwyer

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO

Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565

E-mail:

nureaps@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional:

Paulo Afonso Ferreira

Superintendente:

Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor Regional:

Daniel Viana

Superintendente:

Paulo Galeno Paranhos

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional:

Paulo Vargas

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretor Regional:

Daniel Viana

Superintendente:

Paulo Galeno Paranhos

Diretoria da FIEG

Presidente

Paulo Afonso Ferreira

1º vice-presidente

Pedro Alves de Oliveira

2º vice-presidente

Wilson de Oliveira

3º vice-presidente

Ivan da Glória Teixeira

1º secretário

Hélio Naves

2º secretário

Luiz Gonzaga de Almeida

1º tesoureiro

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

2º tesoureiro

Antônio de Sousa Almeida

Diretores

César Helou

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Marley Antônio da Rocha

Joviano Teixeira Jardim

Frederico Martins Evangelista

Jorge Luiz Biasuz Meister

Aluísio Quintanilha de Barros

João Essado

Flávio Paiva Ferrari

Eduardo Cunha Zuppani

Laerte Simão

Luiz Antônio Vessani

José Vieira Gomide Júnior

Carlos Alberto Vieira Soares

Fábio Rassi

Sávio Cruvinel Câmara

Elton Teles de Campos

José Luiz Martin Abuli

Eurípedes Felizardo Nunes

Aldrovando D. de Castro Júnior

José Magno Pato

Domingos Vilefort Orzil

Roberto Guimarães Mendes

Raimundo Viana Dutra

Carlos Alberto Diniz

Humberto Rodrigues de oliveira

Mário Renato G. de Azeredo

Conselho Fiscal

Waldyr O'Dwyer

Daniel Viana

Heno Jácomo Perillo

Conselho de representantes junto à CNI

Paulo Afonso Ferreira

Sandro Antônio Scodro Mabel

Conselho de

representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Álvaro Otávio Dantas Maia

Anísio Queiroz de Carvalho Jr.

Antônio Clóvis Carneiro

Carlos Alberto Diniz

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos José de Moura Júnior

Carlos Queiroz de Paula e Silva

Carlos Roberto de Araújo

Carlos Roberto Viana

César Helou

Cyro Miranda Gifford Júnior

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Domingos Vilefort Orzil

Eduardo Cunha Zuppani

Eduardo Gonçalves

Elton de Teles Campos

Emílio Carlos Bittar

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Paiva Ferrari

Francisco Gonzaga Pontes

Francisco de Paula e Silva

Frederico Martins Evangelista

Henrique Wilhem Morg de Andrade

Hélio Naves

Heno Jácomo Perillo

Jaime Canedo

Jair Rizzi

João Essado

Joaquim Cordeiro de Lima

Jorcelino José Nunes Neto

Aurelino Antônio dos Santos

José Antônio Vitti

José Divino Arruda

José Francisco de Souza

José Luiz Martin Abuli

José Magno Pato

José Romoaldo Maranhão Neto

José Vieira Gomide Júnior

Laerte Simão

Leonardo Jayme de Arimatéa

Leopoldo Moreira Neto

Luiz Antônio Vessani

Luiz Gonzaga de Almeida

Luiz Rézio

Manoel Paulino Barbosa

Mário Drummond Diniz

Marley Antônio Rocha

Mário Renato Guimarães Azeredo

Nelson Pereira dos Reis

Onofre Andrade Pereira

Orizomar Araújo de Siqueira

Paulo Afonso Ferreira

Pedro Alves de Oliveira

Pedro de Souza Cunha Júnior

Roberto Elias de Lima Fernandes

Rubens Luiz Bernardes

Sandro Antônio Scodro Mabel

Sávio Cruvinel Câmara

Sebastião Elias Barbosa

Segundo Braoios Martinez

Ubiratan da Silva Lopes

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wellington Soares Carrijo

Wilson de Oliveira

Conselhos Temáticos

Desenvolvimento

Tecnológico e Inovação

Presidente

Ivan da Glória Teixeira

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático

de Meio Ambiente

Presidente

Henrique W. Morg de Andrade

Vice-Presidente

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Conselho Temático

de Infra-Estrutura

Presidente

Roberto Elias de Lima Fernandes

Conselho Temático de Política

Econômica

Presidente

Beyle de Abreu Freitas

Conselho Temático de Relações de

Trabalho

Presidente

Hélio Naves

Vice-Presidente

Orizomar Araújo de Siqueira

Conselho Temático de Micro e

Pequena Empresa

Presidente

Humberto Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Vieira Soares

Conselho Temático de

Responsabilidade Social

Presidente

Antônio de Souza Almeida

Vice-Presidente

Melchíades da Cunha Neto

Conselho Temático de

Agronegócios

Presidente

André Luiz Baptista Lins Rocha

Conselho Temático de Comércio

Exterior e Negócios Internacionais

Presidente

Herbaldo Egídio

Vice-Presidente

Alberto Borges

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente

Alexandre Costa

Vice-Presidente

Marduk Duarte

Rede Meteorológica Goiás

Presidente

Herbaldo Egídio

Sindicatos com sede na Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

Av. Anhanguera, nº 5.440, Edifício José Aquino Porto, Palácio da Indústria, Centro, Goiânia-GO, CEP 74043-010

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: Sandro Antônio Scodro Mabel
Fone (62) 3224-4253 / Fax 3224-9226 - siaeg@terra.com.br

SIEEG

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: Nelson Pereira dos Reis
Fone (62) 3212-6092/Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone (62) 3223-6515/Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás
Presidente: Carlos Queiroz de Paula e Silva
Fone/Fax (62) 3223-6667

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: Sávio Cruvinel Câmara
Fone (62) 3212-7473/Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

Outros endereços

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno - CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691 - siago@cultura.com.br

SIFAÇÚCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar no Estado de Goiás
Presidente: Segundo Braoios Martinez
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América - CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SINDAGO

Os desafios do desenvolvimento

■ Lauro Veiga Filho

Mineiro de Juiz de Fora, Reginaldo Braga Arcuri formou-se em Direito e especializou-se em História do Brasil, antes de exercer, mais recentemente, o comando da Secretaria de Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e assumir o cargo de Diretor Administrativo da Secretaria do Mercosul, em Montevidéu, entre outras colocações nos governos federal e de Minas Gerais. Desde 14 de junho do ano passado, responde pela presidência da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Nesta função, Arcuri recebeu a **Goiás Industrial** para a entrevista a seguir.

Goiás Industrial – Qual o balanço da primeira reunião para discussão da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), realizada em Goiânia, no dia 23 de junho, e como esse trabalho teve prosseguimento desde então?

Reginaldo Braga Arcuri – A avaliação é muito positiva. Acho que começamos com o pé direito, em Goiânia, o trabalho de articulação com os Estados e, principalmente, com o setor privado, para execução da PDP. Fomos recebidos muito bem pela Fieg e tivemos a oportunidade, primeiro, de um dia de trabalho extremamente intenso e produtivo. E, segundo, pudemos inclusive visitar empresas extremamente interessantes de Goiás, além obviamente das megaempresas instaladas no Estado, as quais já tivemos oportunidade de conhecer. Visitamos uma microempresa de desenvolvimento de hardware e uma média empresa bastante inovadora na área de equipamentos médicos cirúrgicos. Isso demonstra que o Brasil, em todas as regiões, tem



“Visitamos (em Goiás) uma microempresa de desenvolvimento de hardware e uma média empresa bastante inovadora na área de equipamentos médicos cirúrgicos. Isso demonstra que o Brasil, em todas as regiões, tem capacidade de gerar o tipo de investimento e de empresa de que precisamos neste momento”

capacidade de gerar o tipo de investimento e de empresa de que precisamos neste momento.

Goiás Industrial – Qual seria o perfil dessas empresas?

Arcuri – São tipicamente empresas inovadoras, empresas sintonizadas com os mercados e que incorporam uma nova mentalidade empresarial. Acho, nesse sentido, que Goiânia foi um excelente exemplo do que fazer daqui para frente.

Goiás Industrial – Qual foi a reação do empresariado goiano em relação a essa primeira reunião? Quais as propostas e os problemas apresentados pelo setor?

Arcuri – A reunião, como disse, foi muito positiva. O que nós combinamos exatamente e está sendo executado, para não fazermos um trabalho que se perdesse em seguida, é que a nossa estrutura de articulação com os Estados, que é a Rede Nacional de Agentes de Política Industrial (Renapi), estará



“É muito importante a participação das federações de indústria, para que os empresários efetivamente mudem sua forma de olhar para a necessidade de termos inovação e se conscientizem de que isso é o grande diferencial para ganhar mais dinheiro”

em contato com as estruturas da Fieg e do governo do Estado para elaboração de um plano conjunto de desenvolvimento industrial, não para o Estado de Goiás, mas com o Estado de Goiás, obviamente, tendo como referencial o planejamento do setor empresarial, do governo estadual e as metas da Política de Desenvolvimento Produtivo. Isso irá se traduzir em um conjunto de planos, programas e ações que vamos começar a implementar tão logo isso fique pronto, o que vai acontecer nas próximas semanas.

Goiás Industrial – Como esse processo deverá funcionar na prática?

Arcuri – Isso vai funcionar como uma combinação. Da parte do governo federal, temos uma série de programas, uma série de instituições que poderão ser direcionados para isso, se os Estados quiserem. Por exemplo, programas de desenvolvimento de fornecedores, os programas voltados para a inovação, aqueles que se destinam a estimular as exportações, dentre outros. Obviamente, há muitas iniciativas que são dos próprios Estados e, às vezes, dos municípios, muitos deles já articulados com as federações de indústria, e que nós vamos incorporar ao nosso planejamento porque eles se destinam a gerar resultados que vão impactar positivamente as metas maiores da PDP, que são precisamente ampliar os investimentos, fazer com que o gasto com pesquisa e desenvolvimento do setor privado seja ampliado, que as exportações se ampliem e que tenhamos cada vez um engajamento crescente de pequenas e médias empresas no esforço exportador dopais. É um exer-

cício, sob esse ângulo, muito mais de articulação entre os objetivos da PDP e os planos de desenvolvimento estaduais do que simplesmente determinar que um ou dois programas serão desenvolvidos no Estado.

Goiás Industrial – Não se trata, portanto, simplesmente de definir programas e ações...

Arcuri – Trata-se de fazer isso de uma forma articulada entre todos os atores no processo.

Goiás Industrial – O arcabouço institucional para fazer essa articulação já existe ou será necessário estabelecer um?

Arcuri – Ele já existe e a Renapi é parte dele. O que temos de fazer agora são planos de trabalho, o que é uma coisa mais concreta.

Goiás Industrial – Quando esse processo começa a gerar resultados? Qual a expectativa da ABDI nesse sentido?

Arcuri – Há vários resultados que têm tempos diferentes. Se formos olhar pelo lado das exportações, não se pode ter nenhum reflexo mais consistente antes de um ano, até porque a apropriação das contas, para podermos dessazonalizar e verificar objetivamente se houve uma evolução, é um processo que toma normalmente um intervalo, porque essa comparação é feita ano a ano. Mas há uma série de outras coisas que são processuais. Por exemplo, estimular as empresas a terem procedimentos inovadores em seu processo produtivo. Isso envolve um estímulo não apenas financeiro, e para isso há uma série de programas destinados a colocar mais dinheiro à disposição da empresas, como há também uma coisa de mu-

dar a cultura. Há um esforço nessa direção e, neste caso, é muito importante a participação das federações de indústria, para que os empresários efetivamente mudem sua forma de olhar para a necessidade de termos inovação e se conscientizem de que isso é o grande diferencial para ganhar mais dinheiro, seja no mercado interno seja nas exportações. A medida disso é um pouco menos objetiva, mas é algo sobre o qual temos a expectativa de começar a ter resultados muito mais rápidos, porque, ao estarmos articulados com os Estados, poderemos ir diretamente nas empresas para trabalhar com os empresários.

Goiás Industrial – Como há tudo a ser feito, então, os resultados tenderiam a surgir mais rapidamente. É isso?

Arcuri – Certamente. Veja, mais uma vez, o caso de Goiás. Vimos duas empresas que preenchem perfeitamente esses requisitos, de empresários goianos, desenvolvidas e funcionando em Goiânia e que demonstram que é perfeitamente possível fazer isso. Depende de empresários engajados nesse processo. É claro que se os governos, tanto federal quanto estaduais e, em muitos casos, até municipais, porque as empresas, enfim, funcionam nos municípios, criarem um ambiente pelo menos receptivo para empresas desse tipo, elas terão um grande campo para se desenvolverem. As duas empresas citadas, não só estão pleno funcionamento, como já estão com planos decididos de expansão.

Goiás Industrial – Qual o estágio dessa política de articulação? Já há uma programação definida para os demais Estados?

Arcuri – Temos. Depois de Goiás, estaremos no Acre, em Rondônia, no Ceará, Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

Goiás Industrial – A articulação sempre começará pelas federações de



indústria? Como isso tem funcionado?

Arcuri – Sempre, a exemplo do que ocorreu em Goiás. O Estado é um modelo para o que será feito nos demais.

Goiás Industrial – E há possibilidades concretas para o desenvolvimento da PDP nesses Estados?

Arcuri – Sem dúvida e é por isso que o Brasil está se diferenciando tanto no mundo em relação às demais economias. Se formos considerar as principais publicações econômicas no mundo, o *The Guardian*, *Financial Times*, a revista *Economist*, todas elas mudaram sua abordagem em relação ao Brasil. O *Financial Times* publicou recentemente matéria dizendo que o “Brasil deve se preparar para ser uma potência mundial”.

Goiás Industrial – Essa percepção de fato corresponde à realidade?

Arcuri – Enfim, se são exageros ou não, o futuro dirá. Mas certamente a economia brasileira alcançou um grau de avanço na consolidação de seu parque produtivo, seja de bens primários, seja de manufaturados, muito acima de que qualquer outro país da América Latina. Além disso, e há números para isso, somos o país da América Latina que mais investe em pesquisa e desenvolvimento por parte do setor privado. Somos o país que temos o maior número de empresas que geram inovação em seus processos produtivos e, embora nós obviamente tenhamos um caminho longo a percorrer para ter uma economia que seja competitiva com as economias centrais do mundo, estamos certamente já com um patamar de competitividade muito acima do que tínhamos, por exemplo, há 30 anos.

“MAS CERTAMENTE A ECONOMIA BRASILEIRA ALCANÇOU UM GRAU DE AVANÇO NA CONSOLIDAÇÃO DE SEU PARQUE PRODUTIVO, SEJA DE BENS PRIMÁRIOS, SEJA DE MANUFATURADOS, MUITO ACIMA DE QUE QUALQUER OUTRO PAÍS DA AMÉRICA LATINA”

Goiás Industrial – De que forma a política de elevação dos juros, a apreciação do câmbio e o agravamento da crise mundial poderão interferir nos cenários que haviam sido desenvolvidos para a PDP?

Arcuri – Por enquanto, ainda não interferiram. Porque, o que se espera, é exatamente que possamos manter os recursos necessários para que o investimento na economia brasileira continue crescendo a taxas pelo menos duas vezes superiores ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Porque isso é que vai romper esse ponto de estrangulamento entre nossa capacidade de ofertar bens, principalmente manufaturados, e o nível de demanda que o País registra, porque está havendo uma efetiva melhora da renda e uma distribuição mais equilibrada principalmente para setores que tinham

uma limitação de renda, o que impedia seu acesso a níveis de consumo mais formais, em níveis mais elevados.

Goiás Industrial – A questão cambial não preocupa?

Arcuri – Se verificarmos, o Conselho Monetário Nacional (CMN), em decisão no final de julho, implementou uma das premissas da política de desenvolvimento produtivo que foi irrigar com mais dinheiro uma linha desenhada pelo BNDES, que se chama Revitaliza, destinada a financiar as exportações de setores intensivos em mão-de-obra, que têm sofrido com a concorrência internacional e com a apreciação do real no Brasil, com juros equalizados, portanto, subsidiados pelo Tesouro Nacional. As taxas são fixas em 7% e isso garante pelo menos algum equilíbrio para aqueles setores. A expec-

tativa é de que, mesmo cumprindo o que tem sido quase unanimemente reconhecido como medidas prudentiais para evitar que a inflação, aí sim, destrua os resultados dos esforços do País desde a implantação do Plano Real, tenhamos a capacidade de manter o atual ciclo de crescimento, fundamental por meio de seu mecanismo mais virtuoso, que é a criação do investimento produtivo.

Goiás Industrial – Como a ABDI avalia o papel do Estado e de suas estatais na implementação da PDP, numa fase pós-privatização?

Arcuri – O papel do Estado é, primeiro, de aprofundar sua própria coordenação. Há inúmeros órgãos do Estado que têm objetivos complementares. Fazer com que esse conjunto de meios esteja mais bem coordenado para atingir metas que foram previamente definidas em conjunto é uma função essencial do Estado. Em segundo lugar, algumas das empresas ainda controladas pelo Estado têm programas muito específicos nessa linha. O melhor exemplo é a Petrobras. A estatal dispõe, não só do Cenpe, que é o seu Centro de Pesquisas na Ilha do Fundão, como tem um programa extremamente importante, que é o Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural), que busca desenvolver empresas brasileiras capazes de fornecer bens e serviços e desenvolver tecnologia, que vão ser depois compradas em condições de disputa pela Petrobras. Temos a Embrapa, empresa pública de pesquisa mundialmente reconhecida, com impactos fundamentais na mudança do patamar da produção agrícola brasileira. Agora, o foco da PDP é usar todos os meios, as ferramentas, os instrumentos de que o Estado dispõe e que o setor privado tem, para que de maneira cada vez mais articulada possamos alcançar os avanços de que precisamos. ■

Onde está o DINHEIRO?

Governo “senta-se” sobre mais de 60% dos recursos recolhidos das hidrelétricas para compensar uso de recursos hídricos

Praticamente 11 anos depois de entrar em vigor a Lei 9.433/1997, que estabeleceu a política nacional de recursos hídricos, apenas dois comitês de baixas hidrográficas operam plenamente no País, com políticas de cobrança pelo uso da água já consolidadas, afirma a consultora Patrícia Boson, coordenadora do Programa Especial de Recursos Hídricos do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Estão em funcionamento os comitês das bacias dos rios Piracicaba, que inclui, ainda, os rios Capivari e Jundiá (conhecida como PCJ, iniciais dos principais cursos que a formam), e Paraíba do Sul.

“A implantação dos comitês e de sistemas de gestão dos recursos hídricos nos Estados dá maior transparência para a ação empresarial, reduzindo incertezas”, resume a consultora. Em Goiás, já foram criados os comitês das bacias dos rios Meia Ponte e Paranaíba, mas os planos de gestão ainda não estão definidos. Entre outros motivos, que começam pelas divergências entre as várias partes envolvidas no debate e resistências mais ou menos explícitas em algumas áreas, porque a Agência Nacional das Águas (ANA) não tem recursos para dar o suporte necessário aos Estados.

Segundo Boson, mais de 60% dos recursos descontados das hidrelétricas para a compensação pelo uso de recursos hídricos não chegam à ANA. O dinheiro tem sido “contingenciado”, no jargão oficial, por conta de decisões do governo federal. A liberação desses recursos tem sido bloqueada para que o governo acumule superávits primários ou, de forma mais clara, o dinheiro vem sendo desviado para o pagamento de juros da dívida pública.

PACIÊNCIA E MUITA PERSISTÊNCIA

A título de compensação pela inundação de áreas por barragens, as concessionárias do setor elétrico são obrigadas a descontar 1,75% sobre o potencial de energia produzida, dos quais 1% segue para governos estaduais e prefeituras e 0,75% deveriam ir para a ANA. Apenas no caso da agência, isso representa perto de R\$ 200 milhões por ano, de acordo com a consultora. “Mas a ANA só tem recebido 30% a 40% desse valor”, arremata.



Patrícia Boson:
maior transparência

LICENÇAS MAIS LONGAS

// Em resposta a uma antiga demanda empresarial, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) propôs e o Conselho Estadual de Meio Ambiente referendou, por meio da Resolução 86, a ampliação para cinco anos dos prazos das licenças ambientais no Estado. Essas licenças, para setores como o de indústrias químicas, tinham prazo de um ano, valendo por dois anos para frigoríficos, laticínios, indústrias de papel e outras.

// As licenças vencidas entre 1º de maio e 31 de agosto ganharam mais seis meses de validade. A Semarh anunciou, ainda, que pretende ser mais rigorosa no monitoramento e controle da exploração de recursos naturais, tornando seus sistemas de vistoria e fiscalização mais eficientes.

Boson defende a implantação do sistema nacional de gestão de recursos hídricos, conforme previsto na legislação, o que deveria acontecer por meio da consolidação de comitês de bacias. Ela reconhece que será preciso paciência e persistência para que o processo amadureça. “O equilíbrio (no uso de recursos hídricos) dependerá de articulação com a sociedade (já que o sistema pressupõe a gestão compartilhada dos mananciais). O modelo é cópia do sistema francês, que só foi dar respostas 20 anos após sua implantação”, afirma.

Considerando-se a experiência no Rio Paraíba do Sul, analisada em estudo do econo-

mista Ronaldo Seroa da Mota, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cita Boson, “nos moldes atuais, o impacto (da cobrança pelo uso da água) é praticamente imperceptível para as empresas que aplicam políticas voltadas para o reuso e recirculação da água em seus processos”. Na verdade, o reuso contribuiu para baratear custos para a indústria, o que parece eliminar um dos dilemas que amarram a consolidação dos comitês de bacia.

“EXAGEROS, MAS SEM MÁ-FÉ”

Durante o Encontro Empresarial pelas Águas em Goiás, promovido em julho pela Fieg, ANA e pelo Ibram, na sede da federação, em Goiânia, o assunto retornou ao debate. Paulo Afonso Ferreira, presidente da Fieg, lembrou que o setor empresarial, há alguns anos, “não tinha a percepção da água como um bem público. Houve exageros, mas não por má-fé”. Essa visão mudou, mais recentemente, e o desafio agora será estabelecer um ponto de equilíbrio entre a necessidade de desenvolvimento e de preservação dos mananciais.

“É preciso que a cobrança (pelo consumo de água) não signifique novo ônus para o setor empresarial. Da mesma forma, não pode haver uso abusivo da água, em prejuízo do conjunto da sociedade”, declarou Paulo Afonso. Ao acrescentar que os “exageros não podem prevalecer”, o presidente da Fieg afirmou que o “Brasil foi estimulado a produzir metais básicos, com largo consumo de recursos hídricos e de energia, sem maior agregação de valor”.

O produto exportado pela indústria mineral, sem embutir todos os custos da exploração, retorna ao País sob a forma de produtos acabados de alto valor agregado, onerando a balança comercial, analisa Paulo Afonso. “Precisamos aprender a vender caro nossa produção mineral”, sustentou.

O presidente do Ibram, Paulo Camilo Vargas Pena, defende a construção de uma agenda positiva entre o governo e os setores empresariais, que estimule a capacitação dos usuários para que possam participar de forma efetiva da implantação do sistema de gestão de recursos hídricos.

NA HORA CERTA



Wilson de Oliveira e Jorcelino Braga: entreposto pode atrair investimento de R\$ 1 bilhão

ENTREPOSTO DA ZONA FRANCA

Local	Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis
Área de armazenagem	50 mil m ²
Estacionamento de semi-reboques	50 semi-reboques e área de 6 mil m ²
Área de manobras das docas	6 mil m ²
Área de escritórios	500 m ²
Área de circulação	2.000m ²
Área total do terreno	60 mil m ² (mínimo) a 80 mil m ² (máximo)

Fonte: Seplan-GO

O processo para validação do projeto de instalação de um entreposto da Zona Franca de Manaus em Anápolis, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), segue estritamente o cronograma estabelecido entre os governos de Goiás e do Amazonas, informou o secretário estadual da Fazenda, Jorcelino José Braga, em reunião com a diretoria da Fieg no dia 11 de agosto. A formatação do posto avançado no Estado deverá estar pronta antes que Minas Gerais e Pernambuco, que também firmaram convênios semelhantes com Manaus, concluam seus respectivos processos, conforme expectativa do governo goiano.

Este foi o segundo encontro entre Braga e lideranças empresariais para tratar do assunto. O primeiro deles ocorreu no auditório do Senai em Anápolis, em seguida ao anúncio oficial do convênio pelo governador Alcides Rodrigues. Braga foi recebido pelo vice-presidente da Fieg, Wilson de Oliveira, pelo superintendente do Porto Seco, Edson Tavares, e empresários. Oliveira participou das primeiras negociações com o governo amazonense,

Governo corre contra o relógio para conseguir a aprovação, pelo Confaz, do projeto de criação em Goiás do entreposto da Zona Franca de Manaus

acompanhado por Tavares, pelo então secretário de Indústria e Comércio, Ridoval Chiareloto, e por Oton Nascimento Júnior, à época secretário da Fazenda.

“A proposta apresentada pelo governo goiano era muito semelhante ao contrato que Resende (RJ) já havia firmado com o Amazonas. Depois disso, Uberlândia (que tam-

bém planeja receber um entreposto) caiu de pára-quedas na história”, descreve Oliveira.

De acordo com Braga, o entreposto poderá “atrair facilmente investimentos de R\$ 1 bilhão para o Estado, com a criação de 10 mil empregos”. Na cidade fluminense, o entreposto movimentava anualmente perto de R\$ 1,5 bilhão, segundo a Secretaria de Planejamento de Goiás (Seplan-GO). O governo argumenta que o projeto goiano leva vantagem em relação aos dos outros dois Estados, já que o posto avançado da Zona Franca será instalado na Plataforma Multimodal de Goiás, também localizada em Anápolis, numa área de até 80 mil m², com aeroporto e possibilidade de ligação aos principais portos do País pelas linhas das ferrovias Centro Atlântica, em plena operação, e Norte-Sul, prevista para 2011.

A modelagem a ser proposta pela Seplan-GO, em comum acordo com o governo do Amazonas, deverá prever a contratação de até seis empresas permissionárias, por meio de licitação pública. Assim evita-se o risco de criar monopólios e emperrar a operação.

As certificações do ICQ Brasil passam por um rigoroso controle de qualidade: a satisfação de nossos clientes

O ICQ Brasil é referência nacional em certificação de sistemas de gestão ISO 9001, PBQP-H, dentre outros. Com mais de 6 mil horas de auditoria e cerca de 1300 empresas atendidas.

- ➔ Certificado em duas vias sem cobrança de taxa extra
- ➔ Certificados encaminhados em até 48h*
- ➔ Plano de pagamento ajustável às necessidades de sua empresa
- ➔ Atendimento em todo o Brasil
- ➔ Realização de palestras e eventos sobre qualidade, certificação, PBQP-H, entre outros.

* Após recomendação da certificação pela Comissão.



Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Seu parceiro para o desenvolvimento
www.icqbrasil.com.br
icqbrasil@systemafog.org.br
Tel: (62) 3219-1397 | Fax: (62) 3219-1427

A caminho do INTERIOR

O avanço e a diversificação da base industrial do Estado levam o sistema Sesi Senai a intensificar projetos de expansão

■ Andelaide Pereira

Alto Horizonte, no Norte goiano, Barro Alto e Goianésia, no Centro, Mineiros e Quirinópolis, no Sudoeste, e Senador Canedo, na região metropolitana de Goiânia. Com empreendimentos em comum nos segmentos mineral e sucroalcooleiro, os seis municípios deverão ser os próximos endereços do Sesi e Senai em Goiás, todos frutos de parcerias com o poder público ou com a iniciativa privada.

Presente em todas as regiões do Estado, o Sistema Fieg se prepara para ampliar ainda mais sua atuação com a futura implantação de unidades operacionais integradas Sesi e Senai nessas cidades do interior, onde as duas instituições já realizam diversas atividades por meio de unidades e ações móveis.

O pacote de expansão segue diretrizes do programa Educação para a Nova Indústria, lançado em agosto de 2007 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que estabelece ações para o atendimento a demandas de formação de recursos humanos, decorrentes da interiorização do processo industrial e do surgimento de novos pólos de produção.

MINERAÇÃO EM ALTA

Com a economia impulsionada pela instalação da usina de extração de minério de níquel da Anglo American na cidade, Barro Alto deu início à consolidação de novos projetos, ao inaugurar no dia 29 de agosto, em parceria com a mineradora, a Unidade Sesi Barro Alto, com atividades de esporte e lazer.

Construído em 2006 pela Anglo American, o clube recreativo passou a ser administrado pelo Sesi, que irá oferecer na região modalidades esportivas como hidroginástica, natação, futebol soçaite e vôlei de areia. Posteriormente, será implantado, em frente ao clube, um núcleo integrado Sesi Senai em terreno doado à mineradora pela prefeitura de Barro Alto. Na unidade, serão desenvolvidas ações de educação profissional, saúde, cultura, responsabilidade social e cidadania, sob a coordenação da Unidade Integrada Sesi Senai Niquelândia. Alto Horizonte também deverá contar com um núcleo integrado Sesi Senai, a ser implantado em parceria com a Mineração Maracá S/A e coordenado pela Unidade Integrada Sesi Senai Sama, de Minaçu.

Parcerias garantem novas unidades

O crescimento do setor sucroalcooleiro em Goiás, aquecido pela chegada de grandes empreendimentos, como as usinas Boa Vista e São Francisco, mudou o perfil econômico de Quirinópolis, antes voltado para a agricultura de grãos e a pecuária. Com objetivo de qualificar a mão-de-obra local para assumir as vagas de trabalho que estão surgindo, a prefeitura acerta detalhes para implantação de um núcleo integrado Sesi Senai no município. A nova unidade deverá funcionar em um prédio formado por oito salas de aulas, parte administrativa e área externa coberta. A parceria envolve ainda as usinas Boa Vista e São Francisco, que irão equipar o núcleo.

Ainda no Sudoeste Goiano, a cidade de Mineiros também se prepara para abrigar uma unidade integrada Sesi Senai, que deverá ser construída em parceria com a prefeitura e indústrias locais, como Perdigão e Brenco. Responsável pela formação de profissionais para a região, a Unidade Integrada Sesi Senai Rio Verde irá assumir a gestão dos núcleos de Quirinópolis e Mineiros.

Em Goianésia, localizada no Vale do São Patrício, no Centro Goiano, está previsto a implantação de um Núcleo de Educação Profissional destinado à formação inicial de mão-de-obra nas áreas de mecânica de manutenção industrial, eletroeletrônica, gestão e informática, nas modalidades de aprendizagem, qualificação, aperfeiçoamento e habilitação técnica. A nova unidade será fruto de ação conjunta com a prefeitura e indústrias da região.

O projeto desenvolvido pelo Senai Goiás para instalação do núcleo compreende infra-estrutura formada por um pavilhão de manutenção mecânica e outro de eletroeletrônica industrial, além de cinco salas de aulas com capacidade para 50 alunos em cada.

A unidade ficará sob a coordenação da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, de Anápolis, que já atua no município com o desenvolvimento de diversas atividades de capacitação profissional para os segmentos sucroalcooleiro e de confecção, realizadas também por meio de ações móveis.

ECONOMIA DIVERSIFICADA

Quinto município mais competitivo de Goiás, de acordo com dados da Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan), Senador Canedo, na região metropolitana de Goiânia, também deverá ganhar um núcleo integrado Sesi Senai, em parceria com a prefeitura, e sob coordenação da Unidade Integrada Sesi Senai Aparecida de Goiânia.

A proximidade com a capital e a presença do Centro de Distribuição da Petrobras e do Terminal da Ferrovia Centro-Atlântica contribuem para a boa colocação de Senador Canedo no ranking dos municípios goianos. Além disso, a cidade abriga um diversificado parque industrial, formado por empresas com atividades nas áreas de alimentos, bebidas e higiene pessoal, insumos agrícolas, confecções e frigoríficos.





Sesi mais perto

Em parceria com a Anglo American, instituição inaugura sua mais nova unidade no interior do Estado

■ Débora Orsida

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas (Ipea), divulgado em julho, mostra que as cidades médias brasileiras registraram maior crescimento populacional e econômico entre 2000 e 2007. Em Goiás, essa realidade é percebida com a chegada de grandes indústrias a cidades como Rio Verde, Catalão, Itumbiara e Barro Alto. Esta última, localizada na região central do Estado de Goiás, há quatro anos recebeu a Anglo American, um dos maiores grupos de mineração do mundo.

A Anglo American é uma empresa que trabalha em conjunto com a comunidade local e recentemente firmou parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) para a instalação da unidade naquele município. A inauguração da nova unidade do Sesi ocorreu em 29 de julho e

Onde encontrar o Sesi Barro Alto
 Av. do Níquel, s/nº
 Centro: (62) 3347-6150

“Buscamos o Sesi e Senai por serem instituições de grande credibilidade em todo o País, e em especial, em Goiás”

RÉGIS DE PÁDUA, diretor da Anglo American

contou com a participação de diretores da empresa, da instituição, além de colaboradores e da comunidade local.

Na cerimônia de abertura da nova unidade, o superintendente do Sesi, Paulo Vargas, desta-

cou o compromisso da instituição de oferecer o melhor para a população de Barro Alto. “Traremos para o município todos os produtos e serviços do Sesi que os trabalhadores da Anglo American e a comunidade desejarem”.

LAÇOS COM A COMUNIDADE

O diretor da Anglo American, Régis de Pádua, destacou que a empresa buscou essa parceria com o Sesi e Senai por serem instituições de grande credibilidade em todo o País, e em especial, em Goiás. “Fortalecemos nossa parceria com essas entidades. Nesse primeiro momento teremos atividades esportivas e de lazer, mas num futuro breve, os colaboradores da empresa e a comunidade participarão de cursos profissionalizantes e de educação básica”, disse.

Cláudio Eduardo, presidente da Cooperativa de Transportes de Barro Alto, comemorou a chegada do Sesi. “Nossa população é muito carente e não tínhamos aqui em Barro Alto, um lugar para praticar esportes e passear com a família.”

Costurando o FUTURO

Programa qualifica 537 pessoas em Planaltina e Santo Antônio do Descoberto para trabalho na indústria local de confecção



■ Divina Rosa

Com uma cooperativa já montada e em plena produção em Santo Antônio do Descoberto e uma associação em início de atividade, em Planaltina, foram encerradas em agosto as atividades do projeto de Arranjo Produtivo Local de Confecção naqueles municípios.

“O trabalho de assessoria ao cooperativismo e associativismo foi excelente. Veio na hora certa para permitir a realização de um sonho que estava adormecido. Como profissional, os cursos somaram muito para nós. Vamos trabalhar com facção e, dependendo do que aconteça daqui para frente, antes de dezembro pretendemos começar também na linha de produção, com corte e costura, e chegar ao mercado, lançando até mesmo a nossa marca, a nossa etiqueta”, declarou, com entusiasmo, Waldízia Reis de Souza, diretora de produção da Associação de Modas e Acessórios Planaltinense de Goiás, organizada por meio das ações do programa.

Em 11 meses, o Senai capacitou 276 pessoas em Planaltina e 261 em Santo Antônio do Descoberto, sempre na área de confecção. Foram oferecidos ainda, em cada município, 108 horas de consultoria e cursos voltados para a gestão cooperativa e associativa, além de 100 horas de assessoria técnica e tecnológica, com

foco na racionalização do processo produtivo das confecções, com atendimento a empresas do setor, assim como à cooperativa e à associação. Segundo o diretor da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, Francisco Carlos Costa, as ações de capacitação primaram pela qualidade. “Procuramos trazer para cá o que temos de melhor. Os cursos desenvolvidos aqui são exatamente os mesmos em qualquer escola do Senai em Goiás”.

NOVAS POSSIBILIDADES

O aumento da renda familiar e a possibilidade de uma nova profissão, graças ao programa APL, foram destacados por Maria dos Remédios Muniz Amário, presidente da Coonarte (Cooperativa de Produção em Confecção e Artesanato). “O projeto ajudou bastante. Muitas pessoas não tinham renda, estavam desempregadas e o projeto representou um apoio muito grande para começarmos a ter a nossa renda, principalmente para quem é dona de casa.”

O coordenador da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Carlos Henrique Menezes Sobral, responsável pelo aporte dos recursos, vê o programa como uma ferramenta decisiva para o desenvolvimento dos municípios da região. ➡



Maria dos Remédios: apoio para quem não tinha emprego, nem renda



Adenival de Souza: detalhes fazem a diferença e trazem reflexos no lucro da empresa

Participação, a base do programa

O ponto alto do programa APL é o envolvimento de diversos setores de uma localidade na construção de um eixo comum de desenvolvimento, na avaliação do coordenador de projetos do Senai, Walmir Telles, para quem a estratégia só pode ser bem-sucedida quando essa participação se concretiza. “Com o projeto, buscamos não apenas o crescimento econômico do município, mas também a inclusão da comunidade local, com a sua participação ativa em todas as fases de implementação. Buscamos envolver e auxiliar a cadeia produtiva existente, por meio de consultoria às empresas, apoio dos gestores locais e de organismos privados que possam colaborar na sustentabilidade das ações” esclarece Telles.

Uma das etapas do projeto foi a realização de assessorias e consultorias a empresas do setor com o objetivo de promover a racionalização e organização da produção. O empresário Adenival de Souza, proprietário de uma pequena confecção em Planaltina, afirma que o trabalho de assessoria e consultoria contribuiu para mudar sua visão a respeito da organização do processo produtivo, que passou a ser encarado de forma mais ampla, melhorando os resultados financeiros obtidos. “Não cumpríamos algumas determinações que agora começamos a aplicar. Um exemplo, no caso do corte de malha, havia muito desperdício e, por falta de manutenção adequada das máquinas, ocorriam vários casos de quebra de peças. A consultoria e a assistência técnica que nós recebemos nos alertaram para detalhes que fizeram a diferença e refletiram no lucro da empresa.”

Em Santo Antônio do Descoberto, os trabalhos de consultoria e de assessoria técnica e tecnológica foram igualmente bem avaliados



Desfile: associação de Planaltina apresenta ao mercado parte de sua produção

pelo empresário Emerson Dias Ribeiro. “A presença da consultora na empresa foi importante, porque ela auxiliou na organização das máquinas, melhorando a ocupação do espaço disponível. Além disso, deu dicas importantes sobre como utilizar uma faca especial, que eu já conhecia. Sua explicação aos funcionários, no entanto, deixou claro porque devemos usar essa ferramenta, pois isso reflete em economia e na redução do tempo de execução do serviço. O corte das peças, da mesma forma, pode ser feito de forma a aproveitar mais o tecido.”

Para o secretário de Indústria, Comércio e Trabalho de Santo Antônio do Descoberto, Luiz Carlos Tomaz, o projeto APL desenvolvido no município atendeu às expectativas e gerou mudanças significativas. “Eu sou um entusiasta do programa. É digno dos mais elevados elogios o trabalho executado pelo Senai Goiás e pelo Ministério da Integração e pela Ride. Após o início do projeto no município, várias empresas do setor de confecção já vieram para o município, pois sabem que aqui, agora, tem mão-de-obra qualificada.”



Doação de material e mais recursos

Durante a solenidade de encerramento das atividades do programa APL em Santo Antônio do Descoberto e em Planaltina, os membros da cooperativa e da associação dos respectivos municípios receberam do coordenador da Ride e do coordenador de projetos do Senai Goiás a doação de materiais de consumo, como tecidos, linhas, agulhas e outros, no valor de R\$ 22 mil. “A Coonarte, com os tecidos doados, vai poder gerar um capital que ajudará neste nosso começo”, projeta Maria dos Remédios

Amário, presidente da cooperativa de Santo Antônio do Descoberto.

“Com a doação pretendemos dar sustentabilidade às empresas e incentivá-las também a continuar a produção”, afirma Telles, coordenador de projetos do Senai. O coordenador da Ride anunciou, em seu discurso, o interesse em promover e investir em uma segunda etapa do programa APL no município, assim como na comercialização e no design das peças, para consolidar os avanços alcançados. ■

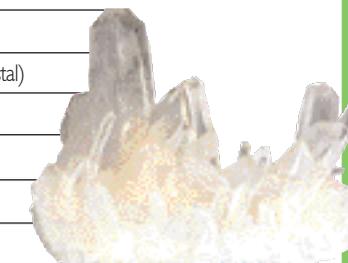
O QUE É O PROGRAMA

O Programa de Desenvolvimento Econômico do Arranjo Produtivo Local (APL) é implementado pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SCO) e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), em municípios daquela região. Em dez cidades goianas, o Senai assumiu a execução do projeto. O objetivo é promover geração de emprego e renda para a população local, por meio da concessão de incentivos a segmentos econômicos específicos.

CIDADES ATENDIDAS

Município	Atividade produtiva
Pirenópolis	Rocha Ornamental – Quartzito
Águas Lindas	Confecção
Valparaíso de Goiás	Móveis
Cristalina	Artesanato Mineral (Cristal)
* Luziânia	Fruticultura
Catalão	Confecção
* Cidade Ocidental	Artesanato
Novo Gama	Confecção
Planaltina (GO)	Confecção
Santo Antônio do Descoberto	Confecção

(*) Municípios que receberam recursos para 2ª etapa do programa APL (em andamento)



Exposição de produtos da Coonarte de Santo Antônio do Descoberto: novas possibilidades de emprego e renda para famílias da região

Na mesma rota

Programa para qualificação de fornecedores gera parcerias, incrementa competitividade e fortalece economia

■ Célia Oliveira

Uma relação de conhecimento, confiança aprimorada e satisfação mútua é mantida entre empresas participantes do Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF), a exemplo de Furnas – empresa da administração indireta do governo federal, que atua na construção, geração e transmissão de grandes blocos de energia elétrica – e da Flexibase Indústria de Móveis para Escritório.

Integrantes do primeiro grupo de 11 empresas a aderir ao PQF em 2006, no município de Aparecida de Goiânia, região detentora de atividades extrativas e produtos industrializados, as duas empresas mostram avanços tanto na relação comercial quanto em outras áreas, como a de produção, na Flexibase; e responsabilidade social, por parte de Furnas.

Ao lado da indústria de móveis, a companhia pública, como gestora no comitê do programa, vislumbra melhoria no desenvolvimento estrutural da região para fortalecer a cadeia de fornecedores locais e contratar serviços e produtos internamente, com maior garantia de bom atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos, por meio de licitação, na modalidade de pregão eletrônico. De acordo com o gerente de Furnas, Rubens Machado Bittencourt, ainda hoje a maior parte dos serviços é contratada fora, “mas, com a maior qualificação das empresas da região, esperamos que essa situação se reverta brevemente”.

Avanços e desafios

Além da relação amigável e profissional entre as duas companhias, na qual cada parte contabiliza dividendos, as soluções geradas pelo PQF mostram que todas as empresas, independente da área de atuação, do segmento ou porte, devem ser competitivas. Se grandes compradoras aderem ao programa na expectativa de encontrar ou formar fornecedores hábeis a atendê-las de acordo com padrões exigidos, as fornecedoras, cada vez mais conscientes da necessidade de profissionalização e de oferecer respostas rápidas ao mercado, entram nessa trajetória seguras de poder, ao final do processo, atender aos requisitos solicitados, manter-se no mercado, ampliar o volume de negócios.

Furnas e Flexibase enfrentaram desafios. Para a primeira, o maior foi mobilizar de forma abrangente a cadeia de fornecedores. Para a segunda, o controle do retrabalho. Porém, vencidas as dificuldades, constroem juntas um ambiente favorável ao fortalecimento dos negócios e da região de Aparecida de Goiânia.

Programa de Qualificação de Fornecedores (PQF)

O que é:

O PQF prepara empresas para atender às exigências das grandes compradoras por meio da implantação de requisitos que garantam o desenvolvimento e a qualificação desses fornecedores. Instrumento de desenvolvimento empresarial e, por conseguinte, de geração de emprego, renda e inclusão social.

Como funciona:

O principal objetivo do programa é preparar as empresas fornecedoras para atenderem às exigências de grandes compradores (gestores), garantindo o desenvolvimento e qualificação da cadeia de fornecimento. A qualificação do fornecedor está baseada no atendimento a princípios de gestão definidos pelas gestoras. A implementação desses módulos, com orientações em grupos e/ou individualizada.

Benefícios:

Para os fornecedores:

- Geração de oportunidade de novos negócios
- Fortalecimento das empresas locais
- Melhoria contínua de gestão, produtos e serviços oferecidos
- Fortalecimento das relações comerciais entre os participantes do programa
- Conquista de novos mercados

Para as gestoras:

- Estímulo da cultura da qualidade por meio do poder de compra
- Estabelecimento de relações de maior confiança com fornecedores
- Integração entre as grandes compradoras
- Estabelecimento de requisitos comuns de qualidade para compras
- Confiança no atendimento, seja em prazo, quantidade ou locais de entrega
- Atendimento aos requisitos de responsabilidade social

Para os municípios:

- Promoção do desenvolvimento sustentável
- Aumento na arrecadação
- Geração de emprego e renda
- Inclusão social

Contatos:

Instituto Euvaldo Lodi - IEL Goiás
(62) 3219-1430 / 1443

“É preciso ser competitivo”

Empenhada no progresso econômico do município e no crescimento das empresas, Furnas compreendeu o propósito do PQF como a oportunidade, a partir da qualificação dos fornecedores, também de oferecer melhores serviços à população. “Todas as nossas aquisições são por processo de licitação e os fornecedores somente podem participar se atenderem aos requisitos de qualificação exigidos em cada edital”, ratifica Bittencourt, ao enumerar o que deve ter um fornecedor para atender a empresa. “Precisa ser competitivo, isto é, ter produtos e serviços com qualidade, custo compatível e capacidade de entrega nos prazos estabelecidos, além de estar regularizado com o governo.”

Foi justamente pelo atendimento a todas essas particularidades somadas à qualificação do PQF que a Flexibase mantém com Furnas relação tão harmoniosa. A indústria fundada em 2002 tem atualmente 130 funcionários e ocupa uma área de 4.300 m² destinada a produção de móveis para escritório, colocando no mercado, a média de 3.680 peças/mês. “Vendemos em nível nacional, e os Estados que mais atendemos são Bahia, Rondônia, Goiás e Brasília”, cita Tássia Mendes, gerente de recursos humanos e representante da empresa no comitê do programa.

Na avaliação dela, a organização encontra-se melhor preparada para o mercado competidor, ao possuir, depois da qualificação, um atrativo. Vencedora da licitação publicada por Furnas, a Flexibase dirige a vitória aos conhecimentos adquiridos no processo do PQF. “Foi a primeira vez que ganhamos e vamos atender Furnas no fornecimento de mobiliário”, comemora Tássia Mendes. “O PQF colaborou para isso.”

Outra meta estabelecida e alcançada foi a conquista de novos mercados consumidores. Tanto que, hoje, conta com 15 representantes que conseguem cobrir todo o território nacional. “Temos também uma equipe de licitação que atende todo o Brasil, de dentro da fábrica instalada em Goiás.”



“Foi a primeira vez que ganhamos e vamos atender Furnas no fornecimento de mobiliário”

Tássia Mendes (foto),
gerente de recursos humanos e
representante da Flexibase no comitê do programa

A indústria tem atualmente
130 funcionários ocupa
uma **área de 4.300 m²**
destinada a produção de móveis para
escritório, colocando no mercado
a média de **3.680 peças/mês.**



INDÚSTRIA **SURFA** “TERCEIRA ONDA”

■ Lauro Veiga Filho

PARA ALÉM DAS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, SETOR INVESTE EM PROJETOS PARA CONSOLIDAR SUA PRESENÇA NO MERCADO E CONQUISTAR NOVOS ESPAÇOS →



Reserva ambiental na Serra da Cana Brava, emMinaçu: quase 4 mil hectares preservados com recursos da Sama

Gestão ambiental ganha espaço no planejamento das indústrias, que passaram a investir também na preservação de reservas ambientais

Numa primeira fase, a indústria embarcou no “movimento verde” por obrigação legal, buscando cumprir o objetivo de controlar emissões e manejar efluentes de forma a assegurar as licenças exigidas pela legislação ambiental. Em seguida, cresceu a demanda por certificação e reconhecimento externos de processos considerados ambientalmente adequados. “Foi um trabalho desenvolvido pelas empresas muito mais para fora do que para dentro delas próprias”, resume Fernando Giachini Lopes, diretor da Key Associados, consultoria especializada em projetos de neutralização de emissões de carbono e no desenho de soluções econômica e ambientalmente sustentáveis para o mundo corporativo. Numa espécie de “terceira onda”, prossegue Giachini, a indústria começou a encarar a gestão ambiental como um dos fatores preponderantes para definir sua capacidade de se manter no jogo no longo prazo. “As empresas ousam um passo além da mera necessidade de alcançar o licenciamento para projetos e processos e de atender a imposições da lei”, reforça.

Por trás dessa visão aparentemente nova, está a percepção de que, daqui para frente, a questão ambiental poderá significar uma restrição importante aos negócios e, ao mesmo tempo, poderosa ferramenta para ocupar mercados e alavancar produtos. Nas negociações para revalidar o Protocolo de Kioto para o período posterior a 2012, quando expira o prazo estabelecido para a redução de gases formadores do efeito estufa pelos países signatários do acordo, “possivelmente deverá ser fixado algum contingenciamento às emissões brasileiras, o que tenderá a afetar negócios em alguns setores”, acredita Giachini.

A vertente considerada mais moderna nessa busca por sustentabilidade



“Devemos gerar, até 2012 ou 2013, em torno de 3 mil megawatts, o que significa um potencial maior do que o consumo do Estado”

André Baptista Rocha, presidente dos Sindicatos das Indústrias de Fabricação de Alcool e de Açúcar de Goiás (Sifaeg/ Sifaçúcar)



“A empresa adota como princípio básico a redução na geração de resíduos em todo o processo”

Daniela de Souza Silva, bióloga, especialista em tratamento de resíduos sólidos e líquidos e consultora da Coming

transforma o risco ambiental em oportunidade de negócio. “O grande exemplo é a geração de créditos de carbono, que podem ser negociados no mercado, ampliando a taxa interna de retorno de empreendimentos ambientalmente adequados”, aponta o consultor. Eventualmente, o ganho com a negociação desses créditos ajuda a financiar todo o investimento realizado em sustentabilidade, como deverá ocorrer com uma das empresas clientes da Key Associados – uma usina de álcool que desenvolve, em parceria com a consultoria, um projeto de cogeração de eletricidade a partir do bagaço da cana e de tratamento da vinhaça, que será destinada também para a geração de energia, com neutralização de emissões de metano.

Energia para todo o Estado

No terreno da co-geração de energia e aproveitamento de créditos de carbono, o setor de açúcar e álcool em Goiás larga na frente e vem acelerando projetos para aproveitamento do bagaço e da palha na produção de energia. A vantagem é que praticamente todos os novos projetos em andamento e já confirmados deverão adotar índices elevados de mecanização, o que permite maior aproveitamento de subprodutos na geração de eletricidade para consumo da própria usina e para venda ao sistema integrado.

A geração de energia a partir da cana permite ganhos ambientais de duas ordens. Primeiro, ao otimizar a utilização de subprodutos, agregando maior valor econômico ao processo, a indústria do setor deixa de consumir energia da rede comum. Segundo, ao colocar a produção excedente de energia no mercado, as usinas reduzem a necessidade de construção de novas barragens, que causam impactos ambientais mais extensos. Adicionalmente, a energia gerada pelas usinas consegue entrar no sistema interligado em época de seca, poupando os reservatórios já em operação, como acentua o presidente executivo dos Sindicatos das Indústrias de Fabricação de Alcool e de Açúcar de Goiás (Sifaeg/ Sifaçúcar), André Luiz Baptista Lins Rocha.

Conforme projeção do diretor-técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Antônio de Pádua Rodrigues, Goiás relaciona um total de 26 projetos em andamento, 7 deles com início previsto para a atual safra (2008/2009), 16 com operação prevista para 2009/2010 e 13 ainda em fase inicial de investimento. Diante da perspectiva de uma produção próxima a 60 milhões de toneladas em 2011, nas contas de Rocha, ou perto de 100 milhões de toneladas em 2012, na estimativa de Pádua, as possibilidades de co-geração tendem a crescer proporcionalmente. “Devemos gerar, até 2012 ou 2013, em torno de 3 mil megawatts e vamos usar para consumo próprio mais ou menos 1 mil MW”, acredita Rocha. Isso significa “um potencial de venda de energia de co-geração maior do que o consumo do Estado”. ➔



“Ensacado e enterrado”

No mercado desde 1990, a Centro Couros Inhumas está instalada na cidade do mesmo nome, às margens do riacho Inhuminhas, um dos afluentes do Rio Meia Ponte. Capta diariamente entre 800 mil a 1 milhão de litros de água para abastecer sua unidade, que processa 2,5 mil couros por dia. “Aproximadamente 10% da receita bruta é destinada para a área ambiental”, afirma o empresário João Essado (foto), dono do curtume e presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás (Sindicurtume).

A água bruta passa por um processo inicial de tratamento, entra no sistema e retorna para a estação de tratamento de efluentes, equipada com tanque de aerção com capacidade para 4,5 milhões de litros. Depois de tratada, retorna ao leito do Inhuminhas. “Lanço a água tratada acima da área de captação, o que assegura sua qualidade”, afirma Essado, acrescentando que nem todos os curtumes adotam a mesma prática. Hoje, no Estado, encontram-se em operação 14 curtumes, com capacidade estimada em 23 mil couros por dia. “Estamos processando entre 15 mil a 16 mil peles, num reflexo da retração no total de abates”, completa o empresário. Com três prêmios concedidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Goiás (Crea-GO), em reconhecimento a projetos na área ambiental, a Centro Couros Inhumas tem feitos esforços para evitar a poluição da bacia do Meia Ponte, ressalta Essado. Os resíduos gerados no processo de depilação, no caleiro, são trabalhados e recolhidos em caminhões-pipas para aplicação em lavouras da região, servindo como adubo orgânico. A fase de curtimento, que utiliza sulfato de amônio, ácido fórmico, sal fino, cromo e alvejantes, exige investimentos mais pesados em tratamento. “Os resíduos contendo cromo são ensacados e enterrados na área da própria indústria, onde permanecem até sua neutralização. Depois de 20 anos, o percentual de cromo decai para 0,001% e o material já pode ser usado como adubo”, afirma Essado.

Centro Couros Inhumas: empresa investe em sistemas de tratamento de rejeitos em toda a linha de produção

Mercados mais exigentes

Ao longo do tempo, a indústria de extração mineral acumulou um amplo histórico de acidentes e agressões ao meio ambiente, gerando passivos ambientais que ainda custam caro ao setor e às comunidades afetadas. O impacto guarda relação direta com a característica intrínseca da atividade de mineração, mas, em outras ocasiões, foi causado também em função de legislações lenientes, tornadas mais rigorosas em períodos mais recentes. Agora, as maiores indústrias de mineração querem ir além do que exigem as leis ambientais, adequando-se às crescentes exigências dos maiores mercados do planeta e minimizando a destruição da natureza.

Entre 2005 e 2007, a Sama S.A. – Minerações Associadas investirá perto de R\$ 2,34 milhões em uma série de projetos ambientais que incluem desde o aproveitamento mais eficiente do calor gerado nos fornos de secagem e de gestão do consumo de energia, evitando ultrapassar a demanda contratada, até o uso de sebo como substituto do óleo combustível para secar o minério. Entre outros, os recursos definidos pela empresa contemplam, ainda, um processo contínuo de revegeta-

ção das bancas de material estéril e rejeitos da mina de Cana Brava, em Minaçu (GO), onde a empresa produz ao redor de 250 mil a 255 mil toneladas de amianto por ano.

A empresa também reaproveita a água tratada em sua estação de esgoto para umidificar os rejeitos gerados na extração e processamento do amianto, além de preservar uma reserva natural de quase 4 mil hectares na Serra de Cana Brava. “Há três décadas buscamos melhores desenvolvimentos ambientais. Nossa política é sempre fazer mais do que a legislação exige”, declara Rubens Rela Filho, diretor-geral da Sama. O principal desafio imposto à mineradora está na crescente rejeição mundial à fibra de amianto, material que, inalado em dosagem superior a determinados limites, por tempo prolongado, pode levar ao desenvolvimento de doenças pulmonares (asbestose) e até câncer.

A legislação que disciplina a extração, industrialização, usos e manuseio do amianto limita sua presença no material em suspensão nas minas a no máximo de duas fibras por centímetro cúbico, além de exigir a checagem dos índices de contaminação duas vezes ao ano. Num

acordo com o sindicato de trabalhadores, prossegue Rela, essa verificação é feita mensalmente em Cana Brava, a partir de cem postos de coleta instalados dentro da mina, em locais escolhidos pela maioria dos quase 790 funcionários diretos e indiretos.

O acordo com o sindicato, acrescenta o diretor-geral da Sama, determina ainda um limite máximo de 0,2 fibras por cm³. “No ano passado, tivemos 100% dos pontos de medição abaixo de 0,1 fibra por centímetro cúbico”, comemora Rela, para quem a mineradora tem redobrado esforços desde os anos 80 para alcançar avanços que considera expressivos na área ambiental. O executivo da Sama afirma, ainda, que a medição captura todo tipo de fibras presentes na atmosfera interna na planta industrial e na lavra, incluindo algodão, celulose e também fibras de amianto, entre outras. “Isso significa que a pre-

sença do amianto no ar é ainda menor”, declara Rela.

Uma medição específica para fibras do crisotila foi encomendada pela Sama a um laboratório francês, que fez a análise de amostras colhidas na cidade de Minaçu em microscópio eletrônico de varredura, de alta resolução. A leitura do material identificou apenas 0,00055 fibra por centímetro cúbico.

Depois de realizar séries de estudos epidemiológicos com ex-trabalhadores do setor e sobre a biopersistência e toxicidade da fibra, em associação com universidades de renome e especialistas no setor, a Sama patrocina, juntamente com USP e Incor, pesquisa de saúde pública com moradores há mais de 15 anos em domicílios com telhas de amianto sem forração. O trabalho tem prazo de conclusão previsto para março de 2009 e cobrirá cinco capitais. ➡

“Os resíduos contendo cromo são ensacados e enterrados na área da própria indústria, onde permanecem até sua neutralização”

João Essado, da Centro Couros Inhumas e presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás (Sindicurtume)

“Essa é uma das dificuldades das empresas em Goiás. Não há aterros industriais no Estado”

William Nunes de Aquino, supervisor de sistema de produção da MMC Automotores do Brasil



Unidade da Mitsubishi em Catalão: prevista expansão para 61.248 unidades até 2011, num avanço de 35,6%



Sistema de tratamento da Coming, em Trindade, e mina da Sama, em Minaçu: em busca do equilíbrio entre produção e conservação do meio ambiente

Eficiência energética

A MMC Automotores do Brasil, subsidiária da montadora japonesa Mitsubishi Motors em parceria com o grupo nacional Souza Ramos, mantém na fábrica de Catalão uma política de investimentos contínuos em racionalização de energia, reciclagem de resíduos do processo de produção e de tratamento de efluentes. Segundo William Nunes de Aquino, supervisor de sistema de produção, e Ednaldo Nery, engenheiro de gestão ambiental, a montadora construiu indicadores de desempenho ambiental que permitem aferir resultados dos projetos em andamento nessa área.

Um comitê, reunindo todas as áreas da empresa, define políticas e acompanha o cumprimento das medidas e das metas definidas em conjunto para aperfeiçoar a performance ambiental da montadora. O consumo de energia, num exemplo, é monitorado com lupa pelo comitê interno e as metas de racionalização têm sido seguidas à risca. Mais do que isso, a empresa passou a consumir menos energia por veículo produzido do que planejava.

Em 2004, cada veículo que deixava a linha de montagem exigia um consumo médio de 691 quilowatts por hora. Para 2008, lembra Nery, a meta era reduzir o consumo para 636 quilowatts, mas empresa já ostenta um índice de 512 quilowatts por veículo montado – 19,5% abaixo do teto e 26% menos do que em 2004. Isso não significa que a produção foi reduzida, ainda mais em um momento de vigoroso aquecimento das vendas de veículos no mercado doméstico. Em outubro, a montadora vai entrar com um terceiro turno, ampliando a produção em 15%, para 230 veículos por dia, na média. Para fevereiro de 2009, está prevista, de acordo com Aquino, nova expansão de 15%. Entre 2009 e 2011, a produção projetada deverá crescer de 45.182 para

61.248 unidades, numa variação acumulada de 35,6%.

A empresa instalou em seu parque uma central para triagem e separação de resíduos sólidos, que lhe permite destinar a empresas de reciclagem, diariamente, 40 toneladas de materiais, entre sucatas de ferro e aço, alumínio, papelão, plástico, madeira, isopor e outros materiais. “Perto 98% dos resíduos são reaproveitados”, comenta Nery. A MMC mantém parceria com a Belgo Mineira, que colocou lá dentro uma prensa para sucatas metálicas, o que permite reciclar mil toneladas de rejeitos mensalmente.

Os resíduos classificados como especiais recebem tratamento específico. Borra de tinta e solventes são recolhidos e encaminhados a cimenteiras, que aproveitam os resíduos para a produção de energia a partir de sua queima nas caldeiras. Baterias usadas, como determina a legislação, são devolvidas aos fabricantes, que respondem pela destinação final. O papelão e o plástico, num total de 250 toneladas por mês, são enviados à G&P, empresa goiana de reciclagem, que emprega 30 pessoas de baixa renda em Catalão.

Na linha de pintura, a MMC instalou uma estação de tratamento de efluentes, com capacidade para 15 m³ por hora. O lodo resultante do tratamento é enviado a aterros industriais impermeabilizados e licenciados em Minas Gerais. “Essa é uma das dificuldades das empresas em Goiás. Não há aterros industriais no Estado”, queixa-se Aquino. Para o futuro, a montadora tem planos para reutilizar a água pluvial coletada na área da unidade, hoje destinada a dois lagos onde se faz a criação de peixes. Os lagos comportam perto de 8 milhões de litros. Aquino destaca o fato de a MMC ter sido a primeira montadora a utilizar papel reciclado em larga escala na fábrica.

Coming em fase de duplicação

Bióloga, especialista em tratamento de resíduos sólidos e líquidos pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Daniela de Souza Silva é consultora da Coming, fabricante de couros dirigida pelo empresário Emilio Bittar, com curtume em Trindade. Segundo ela, a empresa implantou três linhas para tratamento de resíduos, incluindo uma para reciclar de cromo, uma segunda para tratar os efluentes do caleiro (onde o couro é literalmente depilado) e outra para rejeitos líquidos.

O curtume produz, todos os dias, em média, duas toneladas de resíduos semi-sólidos e 600 mil litros de líquidos, usados para a preparação e curtimento de 2,6 mil peças de couro. “A empresa adota como princípio básico a redução na geração de resíduos em todo o processo”, resume a bióloga. Desde 2005, a Coming vem tocando um projeto de expansão orçado em 300 mil euros apenas em obras e maquinário.

Como parte desse projeto, os equipamentos passaram por uma adaptação e as novas máquinas já incorporam tecnologia que permite, entre outros ganhos, racionalizar o uso de água, com redução do consumo estimada em 20%. “Primeiramente, foi realizado o investimento no sistema de produção. Agora, a empresa investe na expansão do sistema de tratamento de efluentes e já instalou a etapa de reciclar e o decantador secundário”, detalha Daniela. Todo o sistema terá de suportar uma produção diária de 5 mil peles, praticamente o dobro da produção atual.

O processo adotado atualmente permite que a empresa reutilize 85% dos efluentes industriais no próprio processo de produção, o que pode reduzir gastos com produtos químicos (como cromo e sulfeto de

sódio, usados no caleiro). São produzidos, todos os dias, 90 m³ de efluentes e 15% passam por tratamento antes do descarte. O restante retorna ao curtume e é reutilizado em um processo contínuo.

Conforme classificação definida pela norma NDR 10.004, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), os resíduos de classe dois, menos tóxicos, incluindo rejeitos orgânicos, sulfato de alumínio e polímeros, sofrem tratamento físico-químico e são destinados a aterros sanitários. Os resíduos de classe um, de alto risco, contendo metais pesados (cromo, basicamente), são encaminhados a um aterro industrial no Rio Grande do Sul.

Os efluentes gerados na depilação do couro, no caleiro, formam uma pasta com elevada porcentagem de matéria orgânica e pH básico (entre 12 e 13). “Utilizamos esse resíduo para ferti-irrigação de 70 mil mudas de eucalipto, cultivadas pela empresa, que pretende, no futuro, utilizá-las em sua caldeira para geração de energia”, pontua Daniela. ■

O BARCO SACODE, MAS NÃO SAI DO RUMO



Barbosa com empresários na Fieg: “aperto” deve preservar ambiente favorável a investimentos

■ Lauro Veiga Filho

O vigoroso desempenho da economia e da indústria em particular não deverá se repetir na metade final deste ano. Não se deve esperar nada muito dramático, mas as taxas de crescimento tendem a perder ímpeto, como resultado das medidas adotadas pelo Banco Central (BC) e pelo Ministério da Fazenda para controlar a inflação e evitar uma escalada dos preços – risco não visível no horizonte no momento em que os preços das principais commodities agrícolas e metálicas pareciam perder fôlego no mercado internacional, seguindo o tombo registrado pelos preços do barril de petróleo e pela recuperação do valor do dólar frente às principais moedas.

“O barco balança, sacudido por choques

Medidas adotadas pelo Banco Central e Ministério da Fazenda para controlar a inflação devem reduzir velocidade de crescimento da economia

externos, mas não sai do rumo”, afirmou o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Henrique Barbosa Filho, em recente palestra a um grupo de empresários na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg). A frase reflete diferenças nítidas de avaliação da conjuntura em relação à avaliação preferida pela equipe do BC, mas também sugere uma certa acomodação (ou, melhor dizendo, de certo conformismo) em relação à política ditada pela autoridade monetária.

Questionado, Barbosa demonstrou parte dessa discordância ao declarar que não cabe a ele discutir decisões de política monetária. E acrescentou: “Fazenda e BC sinalizam que vão controlar e reconduzir a inflação para o centro da meta, sem prejudicar o crescimento. Pode haver uma desaceleração, mas será pontual”.

O choque externo

A elevação dos preços observada no primeiro semestre, que parece já ir ficando para trás por conta da mudança de tendência observada nos principais mercados mundiais de ativos, representou, na visão de Barbosa, um “desafio de magnitude não vista há mais de 30 anos”. Os preços do petróleo haviam disparado para níveis mais elevados do que durante o segundo choque, ocorrido em 1979, com preços do barril na casa de US\$ 145 e previsões indicando a continuidade dessa elevação para US\$ 200 ainda neste ano. A disparada produziu, ao longo dos últimos meses, choques de preços sucessivos nos mercados de alimentos, carvão, aço e produ-

tos siderúrgicos e dos minérios em geral.

Como conseqüência, os preços entraram em alta também no Brasil, puxando as taxas de inflação para mais de 6,5% ao ano, teto estabelecido pelo Conselho de Política Monetária (Copom) para 2008. O aumento ocorreu “independentemente das políticas do governo, da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), do resultado primário (e, portanto, da política fiscal)”, atacou Barbosa diretamente. A política econômica respondeu a esse aumento temporário da inflação, disse ele, deixando entrever, nas entrelinhas, uma crítica velada ao aumento excessivo dos juros básicos.

A estratégia em defesa da estabilidade na economia, prossegue Barbosa, tem sido articulada a partir de três frentes, incluindo, além do aperto monetário, a austeridade fiscal e administração de medidas que permitam preservar ambiente favorável aos investimentos e ao crescimento. O secretário relaciona, nesta última categoria, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o plano de safra recém-lançado, prevendo recursos de R\$ 65 bilhões para o segmento empresarial e R\$ 13 bilhões para agricultura familiar.

Como medidas “coadjuvantes”, destinadas a moderar o aumento da demanda agregada e reforçar a oferta doméstica, o governo aumentou impostos sobre operações de crédito, com destaque para as linhas de leasing, e reduziu tarifas na importação de trigo.

Rebatendo críticas

O secretário de Política Econômica fez questão de rebater críticas endereçadas à política fiscal, considerada por alguns analistas como excessivamente expansionista (ou seja, com potencial de risco para o controle de preços, ao adicionar alguns pontos a mais de pressão sobre a demanda total na economia). Para Barbosa, no entanto, a política fiscal tem cumprido papel exatamente inverso, reforçando a política monetária ao esterilizar recursos por meio de um aumento da meta estabelecida para o superávit primário de 3,8% para 4,3% do PIB.

No primeiro semestre, as despesas totais do Tesouro em relação ao PIB sofreram baixa de 2,7%, ao mesmo tempo em que a receita líquida, sob o mesmo critério, avançou 2,6%. Enquanto os gastos com pessoal e de custeio recuaram 4,5% e 4,2%, respectivamente, os investimentos aumentaram 19,2%. Os núme-

ros, anota Barbosa, apontam um comportamento “virtuoso” dos gastos, com reduções para as despesas com manutenção da máquina e avanços nos investimentos.

As despesas discricionárias, sobre as quais o Tesouro detém poder total, sofreram variação de 6,74% no primeiro semestre, ficando 5,4% menores quando descontada a

variação do PIB. Esse tipo de desembolso passou de R\$ 37,169 bilhões nos primeiros seis meses de 2007 para R\$ 39,674 bilhões neste ano. Os investimentos do Tesouro e das estatais federais, somados, passaram de R\$ 24,9 bilhões no primeiro semestre de 2007 para quase R\$ 30,0 bilhões no mesmo período deste ano, indicando variação de 20,2%.

Acima da meta

Resultado primário do governo central, valores em R\$ bilhões

Discriminação	Jan-jun 2007	Jan-jun 2008	Varição (%)
Receita total	295,665	344,946	+16,67
Transferências a Estados e municípios	52,347	63,239	+20,81
Receita líquida	243,317	281,707	+15,78
Despesa total	200,687	220,336	+9,79
Pessoal e encargos	55,343	59,601	+7,69
Custeio e capital	60,759	67,720	+11,79
Outras despesas de custeio	36,983	39,984	+8,11
Despesas discricionárias	37,169	39,674	+6,74
Outras despesas de capital	7,341	9,871	+34,46
Resultado primário	42,631	61,370	+43,96
Resultado primário / PIB	3,45%	4,41%	-

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Por trás dos RECORDES

Bom desempenho da balança comercial deve-se principalmente à elevação dos preços de commodities básicas



A caminho dos portos: soja em grão, farelo, carne congelada e cobre responderam por 80% do crescimento das exportações

■ Lauro Veiga Filho

Em um mero exercício matemático, caso os preços médios de venda dos produtos exportados por Goiás tivessem se mantido sem alterações em relação ao ano passado, as exportações goianas teriam crescido apenas 6,1% no acumulado entre janeiro e julho deste ano, enquanto o superávit comercial teria encolhido em 94%, para um valor bastante próximo de US\$ 51 milhões. Os dados mostram que a valorização dos produtos exportados foi responsável por mais de 80% do crescimento das vendas externas realizadas a partir de Goiás nos primeiros sete meses deste ano, já que o volume embarcado para o exterior apresentou variação apenas modesta (pouco mais de 6%).

No período, as exportações somaram US\$ 2,455 bilhões, em novo recorde, crescendo 44,7% em relação ao mesmo intervalo de 2007 (US\$ 758,89 milhões a mais), enquanto as importações mais do que dobraram, numa elevação de 120%, para US\$ 1,748 bilhão. O resultado foi um saldo comercial 21,6% mais magro,

Pós-graduação

O Centro Internacional de Negócios (CIN) da Fieg, em parceria com o Senai e a consultoria Aduaneiras, realiza no início de setembro o curso de pós-graduação de Gestão em Comércio Exterior. As inscrições podem ser feitas de segunda à sexta-feira, entre 8 e 22 horas, e aos sábados, das 8 às 17 horas. Informações pelos telefones (62) 3269-1200 / 1226 / 1234, na Faculdade de Tecnologia Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg), ou pelo e-mail fatesg.senai@sistemafieg.org.br.

na faixa de US\$ 707,10 milhões. O superávit total do País caiu 38,8%.

Tanto as exportações quanto as importações do Estado cresceram em ritmo mais acelerado do que no restante do País. As vendas externas totais do Brasil aumentaram 27,2% e as compras avançaram 52,1%. As diferenças no caso das exportações podem ser explicadas em função da presença maciça de commodities metálicas e de produtos originados no agronegócio

na pauta de exportações de Goiás. Foram esses os produtos que experimentaram maior valorização no mercado internacional.

Praticamente 40% das vendas totais no primeiro semestre vieram dos embarques de soja em grão e farelo de soja. Mas os dois produtos responderam, em conjunto, por 53% do crescimento das exportações totais. As vendas de soja em grão aumentaram de US\$ 438,10 milhões para US\$ 727,08 milhões, numa variação de US\$ 288,98 milhões (66% a mais). Isso significou 38% da variação absoluta das exportações totais. No caso do farelo, registrou-se avanço de 113,81 milhões (de US\$ 143,02 milhões para US\$ 256,83 milhões, num crescimento relativo de 79,6%), representando 15% do aumento do valor total exportado.

Os quatro produtos líderes em exportações no Estado, incluindo carnes de bovino desossadas e congeladas e sulfetos de minério de cobre, além da soja em grão e do farelo, concentraram 68,56% dos embarques, diante de 63,07% em 2007. O grupo respondeu por 80,8% do crescimento das exportações acumuladas até julho.

Dependência crescente

A questão central, no entanto, conforme anota o presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, Heribaldo Egídio, continua sendo a extrema dependência das balança em relação às exportações de produtos básicos. Em julho, 52% das exportações saíram do chamado “complexo soja” (grão, farelo e óleo), com vendas de US\$ 334,44 milhões. Sozinho, o setor foi responsável por 71,57% do aumento das vendas externas naquele mês. Sem a soja e seus derivados, as demais exportações cresceram 52,7%.

Egídio defende a adoção de políticas que estimulem a indústria a agregar valor às exportações, reduzindo a participação dos produtos básicos na pauta de exportações. O empresário cita o exemplo da in-

dústria de medicamentos, que poderia explorar mais fortemente os mercados dos países africanos. “Precisamos, além de uma política de incentivo a exportações de maior conteúdo tecnológico, de nos organizarmos para derrubar entraves à entrada de nossos produtos naqueles mercados”, aponta Egídio. Ele prevê que as exportações de Goiás poderão atingir US\$ 4 bilhões neste ano, em outra marca histórica.

A FORÇA DO AGRONEGÓCIO

Em outro exercício, retirando-se da pauta todo o setor do agronegócio, a balança comercial do Estado registra rombo de US\$ 1,161 bilhão no primeiro semestre, diante de déficit de US\$ 395,030 milhões no acumulado dos seis primeiros meses de 2007 – um salto de 223,5%.

O saldo negativo é resultado de exportações de US\$ 553,946 milhões (36% maiores) e importações de US\$ 1,715 bilhão (mais 126,5%).

As exportações do agronegócio, que responderam por 76% das vendas externas totais do Estado no primeiro semestre do ano passado, somando US\$ 1,289 bilhão, cresceram 46,46%, passando a US\$ 1,902 bilhão ou 77,4% do total. O saldo comercial do agronegócio aumentou de US\$ 1,261 bilhão para US\$ 1,868 bilhão – 48,2% a mais.

Mas esse bom desempenho diz respeito, em larga medida, ao comportamento dos preços no primeiro semestre. Os volumes de soja em grão embarcados para outros países, num exemplo, mantiveram-se virtualmente estagnados, na casa de 1,580 milhão de toneladas. Mas os valores médios de venda por tonelada saltaram 65,5%. Em volume, as exportações de farelo aumentaram 16%, mas o preço médio de exportação engordou 54,8%.

Montadoras importam 165% a mais

No prato das importações, volume e preço dividiram a responsabilidade pelo salto observado no semestre. Medidas em toneladas, as compras externas subiram 443,5%. O valor médio pago pelo Estado aumentou 53%, superando a variação observada para os preços médios de exportação, já que a indústria goiana importa bens de maior valor agregado.

As compras de veículos, partes, acessórios e peças, incluindo tratores, colheitadeiras e automóveis de passageiros, dispararam para US\$ 701,558 milhões, representando 40,1% das importações totais. Houve aumento de 165% em relação ao primeiro semestre de 2007 (US\$ 264,901 milhões ou 33,3% do total). As montadoras responderam por 45,8% do crescimento das importações.



Dependência crescente

Balança comercial de Goiás, valores em US\$ milhões

Itens	Jan-jul 2007	Jan-jul 2008	Variação (%)
Exportações do agronegócio	1.289,321	1.901,581	+46,46
Exportações demais setores	407,318	553,946	+35,99
Exportações totais	1.696,639	2.455,527	+44,73
Importações do agronegócio	37,739	33,160	-12,13
Importações demais setores	757,402	1.715,286	+126,47
Importações totais	795,141	1.748,446	+120,0
Saldo comercial do agronegócio	1.260,572	1.868,421	+48,20
Saldo comercial demais setores	(395,030)	(1.161,340)	+223,50
Saldo comercial total	901,497	707,081	-21,57

Fonte dos dados brutos: Secretaria de Comércio Exterior/Mdic e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

E começa a indústria do LEITE

Laticínios Piracanjuba inaugura a fase de industrialização do leite produzido em Goiás

Criado em 1955, o Laticínios Piracanjuba, instalado na cidade do mesmo nome, a 85 quilômetros de Goiânia, dedicou-se inicialmente à produção da manteiga da marca, inaugurando a fase de industrialização do leite produzido em Goiás. Já consolidada, a empresa teve seu controle assumido pela família Helou em 1974. Cinco anos mais tarde, a indústria iniciou a produção de queijos, também sob a marca Piracanjuba.

Os irmãos César e Marcos Helou assumiram o negócio da família em 1985 e, um ano depois, fundaram o Laticínios Bela Vista, com a inauguração de uma fábrica de queijos com capacidade para 5 mil litros por dia, em Bela Vista de Goiás. Sempre explorando a marca Piracanjuba, que deu fama e abriu mercados para a empresa, os irmãos investiram, em 1998, em uma segunda planta, também em Bela Vista, para a produção de manteiga e queijos, com capacidade para processar 150 mil litros diariamente.

A linha de produção de leite longa-vida entrou em operação em 2002, processando 300 mil litros por dia, ainda na usina de Bela Vista, que passaria por nova ampliação, dois anos depois, com a incorporação da planta para produção de leite e soro em pó, projetada para meio

milhão de litros por dia.

Mais recentemente, a empresa fincou sua bandeira nos mercados de leite semidesnatado, achocolatados e produtos infanto-juvenis. Hoje, o complexo industrial tem capaci-

dade para processar, diariamente, 1,6 milhão de litros de leite, gerando 500 empregos diretamente e mais de 2,5 mil de forma indireta. O cadastro de fornecedores do laticínio relaciona atualmente perto de 2,3 mil produtores.



PRIMEIRA FÁBRICA DE MANTEIGA DA EMPRESA, FUNDADA EM 1955, EM PIRACANJUBA

COMPLEXO DE PRODUÇÃO DE LEITE, MANTEIGA E QUEIJOS, INSTALADO EM BELA VISTA DE GOIÁS

SEJA MARCA NO CENTRO DAS ATENÇÕES

A transformação é um processo contínuo e constante. É preciso estar sempre atento às mudanças e às necessidades do mercado. É preciso estar sempre aberto às novas ideias e às novas tecnologias. É preciso estar sempre pronto para enfrentar os desafios e para superar as dificuldades.



14º Congresso Nacional de Jovens Lideranças Empresariais & EXPO-AJE

Centro dos Negócios

Transformando ideias em negócios de sucesso!



PRESENCIA CONFIRMADA
Henrique Meirelles

26 a 28 de novembro de 2008
CENTRO DE CONVENÇÕES DE GOIÂNIA
Goiânia-GO
Inscrições e informações:
www.centrodosnegocios.com





Orizomar Araújo Siqueira: padronizar negociações trabalhistas

"REFORMA" SINDICAL

Cumprindo orientação da presidência da Fieg, o presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho, Orizomar Araújo Siqueira, no cargo desde julho deste ano, pretende, em primeiro lugar, colocar a casa em ordem, numa espécie de "reforma" interna. "Vamos legalizar os 35 sindicatos filiados ao sistema de acordo com o Código Civil agora em vigor", antecipa Siqueira. Outra iniciativa será mobilizar os sindicatos para que padronizem as convenções coletivas de trabalho, tomando a inflação oficial como parâmetro. Adicionalmente, o plano de trabalho de Siqueira inclui a prestação de assessoria permanente aos sindicatos de forma a consolidar no segmento uma visão macro das relações entre capital e trabalho, ancorada na própria experiência brasileira e enriquecida com o que acontece nesta área nas maiores economias do planeta.

REGULAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

Três temas ocupam o alto da agenda do presidente do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica), Eduardo Cunha Zuppani, reempossado em junho. O primeiro deles diz respeito à questão da regulação do setor, sob responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O sindicato pretende intensificar o treinamento em assuntos regulatórios de empresários e executivos, além de funcionários ligados à área dentro das empresas, reduzindo arestas e evitando atritos neste setor. Os cursos serão ministrados diretamente pelo sindicato ou em parceria com o órgão regional de vigilância sanitária. Numa associação com o Senai Goiás, o Sindquímica quer incrementar também os cursos para qualificação de mão-de-obra no setor operacional. Além disso, pretende contratar um escritório de advocacia para oferecer assistência jurídica aos associados.



Eduardo Zuppani: treinamento em questões regulatórias e assessoria jurídica

DIVERSIFICAR EXPORTAÇÕES

O grande desafio proposto pelo presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais da Fieg, Heribaldo Egídio, empossado em julho passado para um mandato de dois anos, será elevar a participação dos produtos industrializados na pauta de exportações do Estado. "Atualmente, perto de 86% das vendas externas de Goiás têm o agronegócio como origem, enquanto a participação dos produtos industrializados tem se limitado a 14%", comenta. A meta do conselho é elevar essa fatia gradativamente, ano a ano, até alcançar 25% das exportações totais, no médio prazo. A tarefa exigirá políticas focadas no estímulo à industrialização da produção do agronegócio e no aumento da qualidade dos bens industrializados no Estado. "Precisamos crescer num ritmo ainda mais ousado", sustenta Egídio.



Heribaldo Egídio: elevar fatia de industrializados na pauta de comércio exterior

PLANO ESTRATÉGICO

A nova diretoria do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago), empossada oficialmente no dia 21 de agosto, começa agora a desenhar o planejamento estratégico para os próximos anos. "O setor tem mais de 100 empresas no Estado e o sindicato registra 52 associados. A intenção é fortalecer o sindicato, agregando novas empresas ao seu quadro", afirma o presidente do Simplago, Aurelino Antônio dos Santos. O planejamento deverá ser construído de forma participativa, ouvindo associados e empresas do setor plástico, reforça ele. Um dos alvos dessa ofensiva por mais associados, aponta Santos, será empresas de sopro e injeção.



Aurelino Antônio dos Santos: planejamento para ampliar base de associados

RECURSOS PARA INFRA-ESTRUTURA

Até o final do ano, o Conselho Temático de Infra-Estrutura da Fieg, desde julho sob o comando do empresário Roberto Elias Fernandes, que também preside o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon), espera concluir um levantamento detalhado sobre a situação atual e o cronograma de todas as obras programadas para o Estado nos próximos dois anos. "Na seqüência, vamos sentar com o governo estadual e definir prioridades", afirma. Elias Fernandes trabalha, neste momento, na formatação do conselho, que deverá ter representantes de sindicatos setoriais, de secretarias e órgãos de governo relacionados à questão da infra-estrutura. "Buscamos ainda uma aproximação com entidades da área e representantes do Estado no Congresso para influenciar decisões e evitar que aconteça com as obras previstas para Goiás o mesmo que ocorreu com a duplicação da rodovia entre Goiânia e Brasília, que levou 26 anos para ser concluída." A proposta, diz Elias Fernandes, é desenhar projetos com eficiência para que, assegurado o recurso, a execução das obras seja rápida.



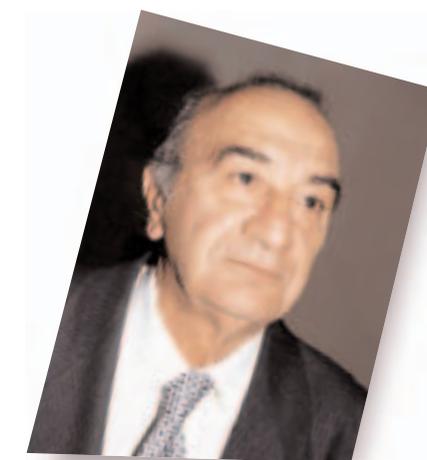
Roberto Elias Fernandes: levantamento detalhado das obras previstas para Goiás



José Francisco de Souza: compras em grupo para ganhar escala e reduzir custos

CENTRAL DE COMPRAS

Com mais de 7 mil empresas dedicadas ao conserto de veículos no Estado, o recém-eleito presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios no Estado de Goiás (Sindirepa), José Francisco de Souza, dedica-se à montagem de uma estratégia para fortalecer a entidade, atraindo maior número de associados. Entre as metas pretendidas para sua gestão, iniciada em janeiro deste ano, está a instalação de uma central de compras, que teria como papel fundamental a redução de custos para o setor, por meio de ganhos de escala. Souza planeja montar câmaras setoriais dentro do Sindirepa, reunindo empresas de lanternagem e pintura, retíficas e centros automotivos (auto-elétricas). "Vamos mapear os problemas em cada segmento e traçar diretrizes para sua solução", anuncia.



José Magno Pato: esforço para restabelecer crédito outorgado a exportadores

CRÉDITOS PARA EXPORTAR

Reeleito para novo mandato de três anos à frente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Distrito Federal (Sindicarne), José Magno Pato pretende convencer a Secretaria da Fazenda a restabelecer a política de concessão de créditos do ICMS para exportação de carnes, suspensa desde julho passado. "Em 2001, a indústria do setor passou a usufruir crédito outorgado de 7%, reduzido, mais tarde, para 5% e, em seguida, para 3%, antes de ser revogado." Para Magno Pato, o governo não teria levado em consideração os custos proporcionalmente mais elevados que os frigoríficos exportadores supostamente enfrentam. Ele tem planos, ainda, de atrair para o Sindicarne novas empresas com atuação focada no mercado doméstico. "Temos 23 filiados ao sindicato, diante de mais de 50 plantas em operação no Estado", comenta.

CPF, carteira de trabalho e saúde

Ação do Fórum Permanente de Coleta Seletiva atende catadores de material reciclável no Residencial Senador Albino Boa Ventura

A 1ª Ação Cidadania aos Catadores de Material Reciclável e Inclusão Social contabilizou mais de 3,5 mil atendimentos em benefício de moradores do Residencial Senador Albino Boa Ventura, em Goiânia, segundo Leandro Gondim Silva, analista técnico da Fieg. O projeto, executado entre 9 e 13 horas do dia 5 de julho, um sábado, foi mais uma iniciativa do Fórum Permanente de Coleta Seletiva de Material Reciclável e Inclusão Social, idealizada pela Belcar Caminhões em parceria com outras empresas privadas.

O objetivo foi cadastrar e atender necessidades básicas das famílias de catadores de material reciclável que haviam sido transferidas em janeiro deste ano da Favela dos Trilhos para o residencial. A transferência em si resultou do trabalho desenvolvido em parceria entre Conselho Temático de Responsabilidade Social (Cores) da Fieg, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Instituto Ethos de Responsabilidade Social e Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR/GO), com apoio da Prefeitura de Goiânia, de bancos, universidades, consultores, empresas e ONGs.

Os catadores tiveram seus nomes inscritos no Cadastro de Pessoa Física (CPF) da Receita Federal e puderam ter acesso à emissão de carteiras de trabalho, palestras e material com informações didáticas sobre saúde e sexo seguro. Além disso, os moradores do residencial tiveram a oportunidade de realizar exames de vista e de sangue, apurando as taxas de colesterol e diabetes, e checar a pressão arterial por pessoal qualificado. Ao final, presenciaram shows com o coral Dó-Ré-Mi, integrado por crianças, e com a dupla sertaneja Rafael e Claudomiro.

O fórum foi lançado em fevereiro do ano passado com o objetivo de debater problemas e definir soluções para viabilizar e disseminar a coleta seletiva de materiais recicláveis.



Problemas na Favela dos Trilhos solucionados por ação conjunta do Cores, entidades civis e prefeitura com a mudança das famílias para o Residencial Senador Albino Boa Ventura



O que Você tem a ver com a Corrupção?

Ofensiva do Ministério Público contra a “banalização da corrupção” no dia-a-dia do brasileiro ganha novas adesões também em Goiás

Quem já apelou para o tal “jeitinho brasileiro”, furou uma fila, atravessou o sinal vermelho ou buscou induzir um agente da lei a olhar para o outro lado? Pois você também vem dando sua dose diária de contribuição para a disseminação da corrupção no País em todos os níveis. A corrupção não está só nos gabinetes refrigerados de políticos e autoridades em geral. Como lembrou o procurador-geral de Justiça de Goiás, Eduardo Abdon Moura, durante lançamento no Estado da campanha O que Você tem a ver com a Corrupção?, os “políticos de Brasília são fruto de nossas escolhas”, e “fazem o que fazem (...) porque sabem que encontram eco na permissividade sutil com que o brasileiro trata a corrupção”.

Lançada em 16 de junho, a campanha atrai adesões em ritmo crescente e já contabiliza o apoio da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, da Procuradoria e do Tribunal Regional do Trabalho, da Secretaria de Educação, dos tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, da Procuradoria da República em Goiás, das universidades Federal e Católica e diversas entidades civis e privadas.

A proposta é estabelecer uma guerra sem fronteiras ou trincheiras contra a corrupção em todas as suas formas. Ou, conforme resume o programa da campanha, “acabar com a impunidade, ou seja, buscar a efetiva punição dos corruptos e dos corruptores, por meio de um canal real para o oferecimento de denúncias, e, principalmente, educar e estimular as novas gerações, mediante a construção, em longo prazo, de um Brasil mais justo e sério”.

Condenado por Abdon, o recurso freqüente ao “jeitinho” estabeleceu uma espécie de “zona cinzenta da moralidade, que traveste com aura de esperteza o que é, na verdade, uma forma insidiosa de levar vantagem em cima do outro,

de sobrepor o interesse pessoal ao direito coletivo.”

Trata-se, diz ele, de uma “porta aberta, escancarada para os ‘jeitões’: o nepotismo, o uso da máquina pública em benefício próprio, a compra de votos, o superfaturamento, o desvio de dinheiro para paraísos fiscais.” Simples assim. Coordenada em Goiás pelo promotor de Justiça Umberto Machado de Oliveira, a campanha nasceu em Santa Catarina, em 2004, por iniciativa do também promotor Afonso Ghizzo Neto.



De A a D

Com produtos diferenciados, a empresa tem planos de quadruplicar seu faturamento até 2010, atacando mercados na Europa e no Mercosul

A Baru Industrial Têxtil, única empresa do setor no Estado, instalada em Goiatuba desde 2005, prepara o terreno para mais do que dobrar a produção e multiplicar seu faturamento por quatro até 2010. Nesse intervalo, ainda pretende abrir mercados na Europa e nos países do Mercosul. A estratégia já foi desenhada e boa parte dela está ancorada na decisão de agregar valor ao negócio com a produção de peças diferenciadas, cobrindo desde as faixas de consumo mais popular até as de renda mais elevada.

A fase operacional, na verdade, foi iniciada em 2007, revela Humberto Ribeiro Peixoto, diretor superintendente da Baru, especializada na produção de artigos de cama, mesa e banho. A implantação da indústria, cujas edificações ocupam 15 mil m² num terreno com 45 mil m² de área total, exigiu investimentos de R\$ 10 milhões, dos quais R\$ 2,5 milhões foram destacados para a importação de máquinas de bordar e de matelassê da China e da Coreia do Sul. Atualmente, a empresa produz o equivalente a 3 mil peças por dia, empregando 126 pessoas.

Mas a indústria tem capacidade instalada para processar o correspondente a 6 mil edredons diariamente, o que a coloca como a terceira maior do gênero no País, de acordo com Peixoto. “Queremos atingir a capacidade plena até 2010, elevando o fatura-

mento para R\$ 50 milhões por ano”, planeja o empresário. Apenas para comparação, a empresa deverá encerrar o ano com receita total em torno de R\$ 12 milhões.

Segundo Peixoto, a Baru atende aos mercados das regiões Sul e Sudeste, vendendo produtos para todas as classes, de A a D, com a mesma qualidade de produto. “Muda apenas a matéria-prima utilizada na com-

posição do produto e a complexidade das peças”, reforça. Além da estratégia da diferenciação, o empresário optou por trabalhar com tecido importado da

China, que chega ao mercado doméstico pela metade do preço do similar nacional, comenta.

“O tecido representa entre 40% e 50% do custo final”.

Peixoto: diferenciação de produtos, a estratégia para dobrar a produção até 2010



Mabel na Fieg: relatório final da reforma deverá propor prazo de migração para novo sistema até 2020

Na linha de TIRO

Relator proporrá uma série de mecanismos auto-aplicáveis para compensar empresas e Estados pelo fim das políticas regionais de incentivos fiscais

Todas as políticas de atração de investimentos lastreadas em benefícios e vantagens fiscais estão, literalmente, na linha de tiro. “Caso não seja aprovada uma reforma tributária que convalide os incentivos, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará em bloco as ações diretas de inconstitucionalidade movidas contra aquelas políticas”, tem advertido o deputado federal Sandro Mabel (PR-GO), relator do projeto de reforma tributária atualmente em tramitação no Congresso, em encontros com empresários.

A tendência no STF, segundo confidenciou a ministra Ellen Gracie, tem se desenhado favorável à derrubada dos incentivos, conforme relato de Mabel a diretores da Fieg, durante reunião recente. “No Pará, os incentivos foram cancelados por decisão do Supremo

e, não fosse uma lei provisória, aprovada pelo governo estadual, os empresários teriam que ter recolhido todos os impostos apurados nos últimos cinco anos, de forma retroativa”, reforçou o deputado.

Para evitar um clima de insegurança jurídica, a proposta do relator deverá não só prorrogar até 2020 a vigência dos incentivos já contratados como aplicar uma série de “comandos auto-aplicáveis” para preservar a capacidade dos governos estaduais executarem políticas ativas de atração de empresas e desonerar investimentos e a folha de salários.

Os prazos para a transição da cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da origem para o destino assim como as restrições a novos benefícios só passam a vigorar depois de aprovado e referendado o Fundo Nacional de Desenvolvimento

Regional (FNDR), o que deveria ocorrer 90 dias após a promulgação da reforma. Mabel estima que o fundo poderá dispor de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões para distribuir às regiões Nordeste (que ficaria com 60% dos recursos), Norte (20%) e Centro-Oeste (20%), seguindo os mesmos critérios adotados na divisão dos recursos dos fundos constitucionais em vigor.

Na mesma linha, a reforma só passa a valer realmente se e quando for constituído um fundo de equalização de receitas, destinado a compensar os Estados por eventuais perdas de arrecadação provocadas pela mudança. O relatório deverá fixar prazo de seis anos para reduzir o peso dos encargos sobre a folha de pessoal de 14% para 6% e vai recomendar o aproveitamento imediato de créditos tributários gerados na aquisição de bens e serviços de uso e consumo das próprias empresas.

Sindileite

Produção com qualidade

Numa parceria entre o Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado de Goiás (Sindileite), Fundo de Desenvolvimento da Pecuária (Fundepec) e Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas em Goiás (Sebrae-GO), os produtores de leite de todo o Estado receberão a cartilha de Boas Práticas Agropecuárias (BPA). Em 44 páginas, a publicação, que será distribuída pelos laticínios, apresentará didaticamente técnicas para a preservação do bem-estar dos animais, informações sobre saúde e higiene do ordenhador e de respeito ao meio ambiente. Com tiragem de 80 mil exemplares, a cartilha orienta o pecuarista a produzir leite com qualidade.

Sindileite 2

Cana versus leite

Afinal, o avanço dos canaviais ameaça a produção de leite? Segundo conclusão de seminário organizado pelo Sindileite, em associação com o Fundepec e o Sebrae, há espaço para as duas atividades. “Quando o produtor de leite utiliza a tecnologia recomendada, consegue ser mais competitivo”, resume o diretor executivo do Sindileite, Alfredo Luís Correia. Em geral, um quarto do terreno é impróprio para o cultivo de cana, o que permite a exploração da pecuária leiteira em regime de integração.



Sindibrita 1

PLANO DIRETOR

O crescimento projetado para a indústria de agregados minerais neste e nos próximos anos, escorado no vigoroso avanço da construção civil em Goiás e no restante do País, poderá esbarrar num obstáculo estrutural, como consequência da ausência de planejamento urbano. O alerta foi lançado em agosto pelos presidentes do Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras do Estado de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (Sindibrita), Fábio Rassi, e da Associação Nacional de Entidades de Produtores de Agregados para Construção Civil (Anepac), Eduardo Rodrigues Machado Luz, e pelo diretor-executivo da entidade, Fernando Mendes Valverde, durante o Encontro Nacional da Mineração para Construção Civil (foto), realizado na Fieg.

Sindibrita 2

Perda de reservas

Os municípios devem mapear os recursos naturais e incluí-los no plano diretor das cidades, permitindo seu aproveitamento futuro, defende Rassi. “Em Goiânia, várias reservas de brita foram esterilizadas por falta de planejamento”, lembra o presidente do Sindibrita. Goiás abriga ao redor de três dezenas de empresas no setor, com produção entre 12 milhões a 20 milhões de areia e brita por ano.



Loteamentos: expansão desordenada afeta reservas

Sindibrita 3

Agregados minerais

Publicada em 23 de junho deste ano, a Portaria nº 222 do Ministério de Minas e Energia cria o Plano Nacional de Agregados Minerais para a Construção Civil (PNACC). Segundo o diretor-executivo da Anepac, Fernando Mendes Valverde, em sua primeira etapa o plano prevê o mapeamento desses recursos em todo o País, num projeto financiado pelo Banco Mundial. “São produtos estratégicos para o bem-estar da população, mas sua produção tem caráter limitado e associado à escassez”, declara.

Sicma

Núcleo de Educação Profissional no Senai

Diante da forte demanda por profissionais qualificados na área da construção civil, o Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis e a Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange instalaram o Núcleo de Educação Profissional da Construção Civil, que oferecerá cursos de qualificação gratuitos de acordo com a demanda do setor. Com espaço para aulas práticas, duas salas para treinamentos teóricos, equipamentos e ferramentas para a capacitação, o núcleo já vem desenvolvendo projetos de atendimento a empresas interessadas e iniciou o primeiro curso, para pedreiro de edificações, no dia 8 de setembro, com duração prevista de 400 horas, em duas turmas de 15 alunos cada.



Sinduscon

Aniversário de 60 anos

Criado em 1948, o Sindicato da Indústria da Construção no Estado de Goiás (Sinduscon-GO) preparou programação especial para comemorar o aniversário de seis décadas. No dia 4 de setembro, foi realizada missa na sede do sindicato, celebrada pelo arcebispo de Goiânia, d. Washington Cruz. No dia 9, numa iniciativa do vereador Anselmo Pereira, a Câmara Municipal de Goiânia realizou sessão solene em homenagem ao Sinduscon. Na ocasião, foi lançado o livro *60 Anos Sinduscon-GO – Edição Especial sobre a História da Entidade*, e prestou-se homenagem aos ex-presidentes do sindicato. O atual presidente, Roberto Elias Fernandes, recebeu o título de cidadão goianiense.

Sifaeg

Pedra fundamental

Dona do maior complexo de produção e moagem de cana no mundo, a Cosan lançou no início de agosto a pedra fundamental de sua planta em Jataí, num investimento de R\$ 450 milhões. A unidade deverá iniciar sua operação no segundo semestre de 2009 e terá capacidade para 4 milhões de cana quando estiver funcionando a plena carga. A usina vai produzir em torno de 370 milhões de litros de álcool por safra e gerar 105 megawatts. Participaram da solenidade, além do diretor-presidente da Cosan, Rubens Ometto Silveira Mello, o governador Alcides Rodrigues (à direita na foto, com o presidente da Cosan), o prefeito de Jataí, Fernando Henrique Peres, e o presidente do Sindicato das Indústrias de Fabricação de Álcool no Estado de Goiás (Sifaeg), André Luiz Baptista Lins Rocha.



Sindmóveis 2

DESIGN ESTRATÉGICO

Além da visita à ForMóveis, os empresários goianos tiveram a oportunidade de conhecer, ainda em São Paulo, o Instituto Europeu de Design (foto), numa visita acompanhada por Gregory Kravchenko, do Núcleo de Design da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange. O grupo assistiu palestra sobre design estratégico e acompanhou a apresentação do trabalho “Design Estratégico – Uma experiência na formação de multiplicadores no estado do Acre”. Na visão de Paulino Barbosa, do presidente do Sindmóveis, “projetos como esse contribuem para desfazer o mito de que o design é só para as grandes empresas.” O sindicato estuda a possibilidade de desenvolver projeto similar em Goiás.



Sindmóveis 1

ForMóveis 2008

Um grupo de 38 empresários goianos do setor moveleiro participou da terceira edição da Feira Internacional de Fornecedores da Indústria Madeira Móveis (ForMóveis 2008), realizada entre 29 de julho e 1º de agosto, no pavilhão de exposições do Anhembi, em São Paulo. A oportunidade de fazer negócios, trocar informações e experiências estimulou o Sindicato da Indústria de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás (Sindmóveis) a acertar parceria com o Sebrae, que bancou metade dos custos com passagens, hospedagem e transporte do grupo. Integravam a comitiva empresarial, dentre outros, o presidente do Sindmóveis, Manoel Paulino Barbosa, e o diretor de Administração e Finanças do Sebrae em Goiás, Humberto Rodrigues Oliveira.

De cara nova

SECRETÁRIO DA FAZENDA RENOVA DIÁLOGO COM EMPRESARIADO E ANUNCIA SOLUÇÕES PARA QUESTÕES FISCAIS QUE INCOMODAVAM O SETOR INDUSTRIAL

Numa exposição até certo ponto inesperada para grande parte da platéia que o assistia, o secretário da Fazenda, Jorcelino José Braga, conseguiu desarmar espíritos e retomar o diálogo com o empresariado, bloqueado até recentemente em função da situação fiscal do Estado, às voltas com um alegado déficit de R\$ 100 milhões mensais. “O governo continua com o firme propósito de zerar o déficit até novembro. Tivemos, inicialmente, grande receio de não atingir essa meta, mas tudo leva a crer que vamos alcançá-la”, afirmou Braga à diretoria da Fieg, reunida na Casa da Indústria no início da segunda semana de agosto.

Vencido o entrave, o secretário frisou que seu gabinete estará “sempre aberto ao diálogo”, reforçando que não há “questões fechadas ou assuntos que não possam ser reavaliados. Com participação de todos, podemos encontrar caminhos inteligentes para fazer as coisas e preservar a competitividade da indústria”.

O secretário fez questão de destacar que tem trabalhado internamente para que o Fisco assuma uma visão “mais flexível” em relação a reivindicações empresariais e “entenda que algumas decisões podem afetar de morte determinado setor.” Nesta fase de aproximação com o empresariado, Braga anunciou o alongamento do prazo para recolhimento de impostos para o dia 10 de cada mês e confirmou que a Lei 16.241, de 24 de abril deste ano, deverá ser revista.

“Estou bastante otimista com a perspectiva de uma solução positiva para essa pendência”, disse Braga. A lei determina que “são solidariamente obrigadas ao pagamento do imposto ou da penalidade pecuniária as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, especialmente”. Na substituição tributária,



Braga: retomado o equilíbrio fiscal, governo ganha disposição renovada para ouvir os empresários

as empresas passam a ser consideradas “responsáveis pelo pagamento do imposto ou da penalidade pecuniária” e respondem por eventuais atos considerados irregulares, mesmo que não tenham responsabilidade objetiva no caso. O secretário respondia, então, a uma questão levantada diretamente pelo presidente da Fieg, Paulo Afonso Ferreira, preocupado com as conseqüência da medida para as empresas enquadradas no regime de substituição tributária.

O secretário ainda discutiu com os empresários algumas questões pontuais e reforçou o anúncio de que o governo deverá assumir uma nova feição em 2009. “Temos a expectativa de realizar um ano de grandes investimentos, se as reivindicações salariais deixarem”, arrematou, num tom bem humorado.

PRODUTO SENAI É ASSIM:

COMPETITIVIDADE PARA A INDÚSTRIA, GANHO PARA O TRABALHADOR!

Educação Profissional, Tecnologia e Inovação



Além de promover a Educação Profissional, a Tecnologia e a Inovação, o SENAI oferece à indústria e ao trabalhador vários produtos de qualidade, contribuindo para especializar ainda mais o setor de alta industrial e elevar a competitividade das empresas.

Contate os produtos que o SENAI coloca à sua disposição. Eles são os diferenciais qualificados que vão fazer sua indústria se destacar.

Mais informações: (62) 3219-1300

SENAI

www.senaigo.com.br

Anglo American.

Um mundo maior
do que você imagina.

Líder global em diamante e platina. Um grupo com operações em 45 países, que fala 20 idiomas e gera mais de 90 mil empregos diretos. Que nunca investiu tanto no Brasil como agora, com grandes aportes e empreendimentos. Nióbio, fosfatados, níquel, minério de ferro – um mundo Anglo rico em diversidade de negócios e pessoas, que compartilham o mesmo princípio: desenvolvimento com sustentabilidade. Se esse é o mundo que você quer, venha crescer nele junto com a gente.



**ANGLO
AMERICAN**

www.angloamerican.com.br